

SESSÕES DO PLENÁRIO

7ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de março de 2021. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 10 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom dia a todos os colegas. Vamos iniciar, em nome de Deus, a nossa sessão.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 24.129/2021, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a destinar recursos para pagamento das faturas residenciais de água de consumidores de baixa renda, beneficiários de tarifa social que residam no estado da Bahia, na forma que indica; o segundo é o Projeto de Lei nº 24.131/2021, também procedente do Poder Executivo, que institui o Programa Bolsa Presença na Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências.

O líder Rosemberg está em conversa com o líder Sandro Régis para ver se, por acordo, nós ainda votamos dois projetos ainda nesta manhã de quarta-feira: um referente às igrejas e outro referente à Fieb. O líder Sandro Régis e seus liderados estão estudando o projeto para ver se é possível, por acordo, votarmos ainda neste dia de quarta-feira.

Pequeno Expediente.

Não há orador.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador.

Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos, deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Bom dia a todos. Ocupo o nosso tempo partidário hoje, Sr. Presidente, para tratar de uma situação que envolve deputados desta Casa – e é uma situação, ao nosso ver, absurda.

O Brasil está convulsionado pela pandemia. Hoje mesmo estão acontecendo atos por todo o país exigindo vacina para todos pelo SUS, exigindo *lockdown*, auxílio emergencial de um salário-mínimo e, principalmente, “fora Bolsonaro genocida”.

A situação é gravíssima. Ontem completamos, em um só dia, três mil mortes. De cada quatro pessoas que vão a óbito no mundo hoje, uma dessas pessoas é um brasileiro, é uma brasileira, e amanhã dificilmente nós não teremos mais de 300 mil mortos neste país, completando um momento de extrema gravidade da pandemia, o acúmulo de mais de 300 mil mortos e mortas neste país, e talvez nós cheguemos ainda, nesse pico, dizem os analistas, a 5 mil mortes por dia.

O Brasil virou o epicentro da pandemia, inclusive um criatório de novas cepas. O mundo hoje está em alerta, porque o Brasil é uma ameaça internacional pelo fato de que essas novas cepas podem gerar uma mutação do vírus que resista inclusive às vacinas. É uma situação trágica.

Nesse contexto, o que faz o presidente Jair Bolsonaro? Dispara mentiras e intimidações contra os seus opositores. As mentiras a gente viu ontem no pronunciamento do presidente da República, um pronunciamento que começa com o presidente dizendo que contratou 130 milhões de vacinas para este ano de 2021 e termina, pela própria boca do presidente, dizendo que nós teremos 500 milhões de vacinas. Como é possível acreditar em um presidente desse?

Mas essa não é a grande questão que eu quero tratar aqui, Sr. Presidente. Eu quero falar aqui é justamente das intimidações, o processo de criminalização contra os opositores políticos do presidente Jair Bolsonaro, que aqui na Bahia encontrou guarida.

Eu quero dizer que essa movimentação é uma movimentação nacional, mas que nós temos, aqui nesta Assembleia Legislativa, um deputado que entrou com uma notícia-crime no Ministério Público contra o nosso mandato, e mais um segundo deputado, duas deputadas e uma deputada federal da Bahia. Eu quero entender até onde pode ir a mesquinhez humana, mergulhar numa piscina de porcos em busca de

votos. Eu não posso entender de outra maneira senão dessa, Sr. Presidente, a atitude desse deputado que a meu ver é um deputado pró-vírus.

Mas o grande problema, para concluir, Sr. Presidente, não é o posicionamento isoladamente desse deputado, até porque é um mandato que não tem nenhuma sintonia com os interesses do nosso povo, com o olhar do nosso povo. Inclusive, na sua categoria, é um traidor dos policiais militares, que vêm perdendo muito com esse presidente.

A última do presidente da República, através da PEC emergencial, foi congelar por 15 anos, autorizar o congelamento, por 15 anos, dos policiais militares; esse deputado nada falou. Além de tudo, é um traidor. Mas o principal que nós precisamos entender é essa grande movimentação de tentar calar todos e todas que se contraponham a essa situação trágica que o Brasil está passando, Sr. Presidente. É uma situação trágica que pode entrar numa situação de descontrole completo.

Portanto, neste momento, é preciso ter coragem. Nós queremos convocar aqui toda a solidariedade da sociedade, não em relação ao deputado Hilton Coelho, ao mandato da resistência, aos deputados e deputadas que foram atingidos, não é isso! Trata-se de uma solidariedade em relação à defesa da vida. Nós precisamos defender a vida...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Para concluir, Sr. Presidente.

Eu quero terminar chamando toda a sociedade para dizer: “Fora Bolsonaro genocida! E fora todos os seus comparsas!”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton Coelho, V. Ex.^a tem toda a razão. Nós já devemos ter, neste momento, a triste marca de mais de 300 mil mortos e, seguramente, pelo andar da carruagem, vamos chegar ao mês de julho com meio milhão de mortos. É uma tragédia sem precedentes. Infelizmente, é uma situação dramática.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu aproveito para pedir 1 minuto de silêncio a todos os colegas por mais um colega da nossa classe, que fez tanto pela Bahia, o deputado Haroldo Lima. Então, peço a todos os colegas 1 minuto de silêncio.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, eu solicitei 1 minuto de silêncio em memória do nobre deputado Haroldo Lima, que fez tanto pela Bahia e pelo Brasil.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, eu conversei com o deputado Sandro Régis ontem, inclusive dialoguei muito na sala aberta, desde ontem, sobre essa coisa de a sessão ter uma certa rapidez. Então, eu queria propor um encaminhamento aqui para o deputado Sandro Régis: nós

usaríamos apenas dois tempos partidários. Se ele concordar com dois tempos partidários, esse tempo seria para a liderança do PCdoB – eles dividiriam entre os parlamentares do PCdoB, haja vista o falecimento desse querido que foi meu professor, meu instrutor na política, Haroldo Lima, ficaria –, e o deputado Sandro Régis destinaria um outro tempo a outros deputados. Queria ver se a gente concordava com isso, e também estou tentando uma negociação para os dois projetos: o projeto que transforma os templos religiosos em essencial nesse processo de pandemia, e também o projeto dos imóveis do estado da Bahia, que a Sudic tem me cobrado, a antiga Sudic, também a Federação das Indústrias. Queria fazer este encaminhamento, se o deputado Sandro Régis entender, para que a gente possa ter uma regra para esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, eu queria que V. Ex.^a, como líder da bancada, visse com o deputado Vitor e a deputada Jusmari, e a deputada Olívia, nesse caso deve falar pelo tempo do PCdoB, se eles vão abrir mão do tempo que solicitaram aqui para falar. Deputado Rosemberg... Deputado Rosemberg, V. Ex.^a me ouve? (Pausa)

Bom, vou dar seguimento.

Deputado Sandro Régis, deputado Sandro, V. Ex.^a me ouve?

O Sr. Sandro Régis: Pois não, presidente. Escuto, presidente, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg... (Pausa)

Um minuto, Sandro.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Estou ouvindo agora. Estou ouvindo agora.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a como líder, a deputada Jusmari, a deputada Olívia e o deputado Vitor Bonfim solicitaram usar o tempo. V. Ex.^a falará com eles como líder...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Irei falar. Com relação ao horário da bancada da liderança do PT... do PCdoB, é o líder do PCdoB é quem vai definir quem vai falar, se fizer esse acordo com o deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, como só são três deputados, então eu vou conceder o tempo, deputado Rosemberg.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, querido, não. Olha bem: cada um é de um bloco partidário...

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, claro, claro.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Aí eu tenho que verificar. Então, vamos seguir a ordem dos blocos partidários.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria ou líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pelo PP não há nenhuma solicitação. Eu vou inverter, já liberando o líder do PCdoB, que irá indicar quem são os oradores do PCdoB que irão falar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. (Silêncio)

Nobre líder Rosemberg, V. Ex.^a é que tem que indicar, porque não está aparecendo...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então, eu vou deixar para o horário do PCdoB. Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, me escuta? Me escuta, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Escuto.

O Sr. Sandro Régis: Bom dia! Bom dia a todos os colegas. Sr. Presidente, eu falarei por 5 minutos; e o deputado Tiago Correia, por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos do Parlamento, primeiro, independente de cor partidária ou de convicções políticas, hoje é um dia muito triste para a Bahia com a perda do deputado federal Haroldo Lima para a Covid. Eu quero, aqui, em nome de minha Bancada da Oposição, ser solidário a toda a família do deputado Haroldo Lima, a todos os amigos, à Bancada do PCdoB. Vejo que a deputada Olívia está bem sentida com a perda. Realmente, não está brincadeira essa questão da Covid, toda hora temos notícias de pessoas muito próximas da gente intubadas, com dificuldade de vencer essa luta. Não há outro remédio a não ser a vacina. A única forma com que nós podemos vencer a guerra da Covid é a vacina não só aqui na Bahia e no Brasil, mas em todo o mundo.

Nós vemos o mundo tomar diversas atitudes. Quando vejo a Inglaterra, a Alemanha, países que têm a educação e a saúde como referências no mundo... Ontem, eu assisti à primeira-ministra da Alemanha: mesmo com a população com bastante avanço na vacinação, a Alemanha está toda fechada. A Alemanha está em *lockdown* desde 5 de janeiro! Não há outra forma dos governantes protegerem a vida! Não existe, Sr. Presidente, vara de condão nem tampouco receitas milagrosas! Neste momento, para proteger a vida das pessoas, só tem três fórmulas: vacina; isolamento social, consorciado com o *lockdown*.

Os governantes, prefeitos, governadores, autoridades políticas do mundo não estão fazendo isso porque gostam, não estão fazendo isso por prazer. Muito pelo contrário: estão tomando essas atitudes por entender, através dos dados científicos, através da Organização Mundial da Saúde, que a forma que nós temos de quebrar a curva de transmissão é o isolamento social e o *lockdown*.

Assim, o prefeito Bruno Reis já anunciou hoje que já baixamos muito em Salvador. Então, alguns pensamentos de alguns deputados da Bancada da Oposição não é o pensamento majoritário da Bancada da Oposição não é o pensamento majoritário da Bancada da Oposição. A Bancada da Oposição tem conversado muito com o secretário Leo Prates. O secretário municipal de Saúde tem se esforçado muito para proteger a vida de todos aqueles que moram em Salvador, dos soteropolitanos, e nós entendemos que nesse momento só tem esse caminho: vacinar, vacinar e vacinar. Enquanto a vacina não atingir o que se chama de vacinação para imunização de rebanho, as regras de isolamento social e do *lockdown* são o que nos protegem para não perdermos mais vidas do que o Brasil e o mundo estão perdendo.

No outro ponto, Sr. Presidente, eu vou aqui começar, mas o deputado Tiago Correia que ficou responsável por essa matéria na bancada. Desde ontem, nós temos conversado com o deputado Rosemberg sobre a possibilidade da votação do projeto da Fieb. Inclusive, o deputado Eduardo Salles, que é um legítimo representante desse segmento da sociedade, também teve exaustivas conversas com o deputado Tiago Correia.

Mas quero aqui, Sr. Presidente, não vou adentrar porque na nossa bancada tudo é muito dividido e tudo é muito democraticamente resolvido. O deputado Tiago Correia irá dar as explicações mais técnicas. Mas eu quero aqui comunicar, como líder, que, infelizmente, nós não temos segurança de votar esse projeto no dia de hoje, quiçá pós a Páscoa, quando nós iremos fazer algumas observações, dirigir essas observações para o líder Rosemberg para ver se ele consegue, no seu consenso, no seu trâmite com a Casa Civil, ajustar e nos responder ainda a algumas dúvidas que nós não conseguimos esclarecer sobre o projeto da questão dos terrenos do estado.

Então, quero aqui passar os outros 5 minutos para o deputado Tiago Correia. Mas adiantando, Sr. Presidente, que nós não votaremos esse projeto por entendermos ainda não estarmos com maturidade jurídica de conhecimento para exercer o nosso voto favorável ou contrário. Então, para não cometer erros, preferimos pedir a V. Ex.^a e ao nobre líder Rosemberg um pouco mais de paciência para que nós tenhamos convicção do voto que nós vamos orientar a nossa bancada quando esse projeto for pautado.

Eram essas as nossas palavras.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Tiago Correia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, bom dia, bom dia a todos os colegas, é uma alegria, mais uma vez, estar aqui, mesmo que virtualmente, reunido com todos vocês. Queria saudar todos os servidores da Casa em nome do engenheiro Ernâni, que tão bem representa esses guerreiros que têm lutado para que nós possamos dar continuidade aos nossos trabalhos – e assim vem sendo feito desde o início da pandemia. Então, nós não podemos deixar de prestar aqui os nossos reconhecimentos a todos esses servidores, que, muitas vezes, se expõem para que a Casa não pare.

Primeiro, Sr. Presidente, queria, aqui, me associar às palavras dos demais colegas, demonstrar aqui os nossos sinceros e profundos sentimentos pelo falecimento do deputado Haroldo Lima na sua luta incansável contra o coronavírus. E o prefeito Bruno Reis também. Inclusive, anunciou hoje que a cidade acorda com um novo quadro. O dia começou com 38 pacientes na fila, sendo 23 para leitos de UTI, Sr. Presidente, e 15 para leitos clínicos. Lembrando que há alguns dias, esse número chegou a ser de 87 pacientes na manhã. E sempre nós esperávamos a manhã para ter esses números e entender como estava a evolução da doença na nossa capital, no nosso estado, já que esses números refletem a pressão que as cidades do interior também causam no sistema de saúde da capital.

O prefeito comemorou também a redução da transmissão. Atualmente, o fator RT está abaixo de 1 na cidade. Isso mostra que as medidas vêm conseguindo alcançar os objetivos buscados pelos gestores. Nós acreditamos que muito em breve, se tudo der certo, se Deus quiser, a partir da Semana Santa, nós poderemos retomar as atividades comerciais, que têm feito sofrer tantos empresários do nosso estado, diversos segmentos apresentam muitos problemas.

Nós estamos tendo reunião constantes com a Abrasel, Sr. Presidente, inclusive com a participação do vice-governador João Leão, com o pessoal da ABIH também. João Leão teve reunião com a gente, a Frente Parlamentar presidida tão bem pelo deputado Eduardo Salles, que vem cumprindo o seu papel de buscar intermediar todos os pleitos dos setores produtivos do nosso estado.

E eu queria também agradecer e parabenizar o vice-governador João Leão pela disponibilidade em nos atender. E, além da disponibilidade em nos atender, levar esses pleitos aos secretários, ao governo do estado, de maneira que nós possamos representar esses setores que tanto têm sofrido.

Alguns empresários, Sr. Presidente, relatam que já fecharam definitivamente as suas atividades. Isso terá um impacto muito grande, no futuro, na economia do nosso estado. Nós entendemos a agonia que alguns setores passam, como o setor de eventos. O deputado Pedro Tavares vem aí também levantando essa bandeira e entendendo que o setor de eventos não é só o cantor, mas tem o pessoal que mexe com a iluminação, o pessoal que monta o palco, pessoal que instala o som. Então tem setores que estão parados há praticamente 1 ano, Sr. Presidente. São famílias que estão desempregadas.

Nós queríamos, aqui, pedir ainda o apoio de toda a Assembleia para que possamos pressionar os secretários, possamos pressionar o governador, os prefeitos das cidades, principalmente da região metropolitana, que tem demonstrado que esses setores têm sofrido mais para que medidas possam ser tomadas, medidas de incentivo a esses setores, principalmente os setores mais atingidos. É fácil identificar isso, principalmente pelo faturamento, pelo recolhimento de impostos.

É urgente que medidas sejam aprovadas e adotadas para que esse drama que vivemos hoje não seja maior do que o que nós prevemos, que é realmente o fechamento de diversos negócios, gerando uma enormidade de desempregados. E, com certeza, quando esses auxílios que os governos federal, estadual e municipal

estão concedendo, acabarem, Sr. Presidente, serão inúmeras famílias que irão passar fome. São muito importantes essas medidas. Nós pedimos a sensibilidade do governo, dos prefeitos das principais cidades, para que possam entender o momento muito crítico que esses segmentos passam.

Então, nós pedimos inclusive, aí, ajuda de todos os colegas, que possam conversar com os prefeitos que têm contato, que possam pressionar o governador para que essas medidas sejam tomadas, entendendo que nós podemos, inclusive, estar matando a galinha dos ovos de ouro do próprio estado, porque são esses negócios que recolhem ICMS, que recolhem o IPTU, que recolhem o ISS, que geram emprego, que diminuem a pressão no sistema do desemprego...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, meu amigo, deputado Tiago...

O Sr. TIAGO CORREIA: Concluindo, Sr. Presidente.

Então, peço aí a sensibilidade desta Casa para que nós possamos, dessa maneira, intervir junto aos governantes.

E, só para terminar, Sr. Presidente, em relação ao projeto que o deputado Rosemberg mencionou, ele até mencionou o projeto da Fieb. Na verdade, nós estudamos esse projeto, que é muito amplo, ele não trata só dos imóveis relacionados à Sudic, das áreas industriais; ele trata de todos os imóveis do estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. TIAGO CORREIA: Então, é um projeto bem amplo, é preciso ter muito cuidado para não cometermos nenhuma irresponsabilidade que possa prejudicar o estado. Então, a gente pede um pouco mais de paciência para estudar e, se for o caso, propor alguma alteração, alguma emenda, mas, conjuntamente, nós vamos construir uma solução para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria ou o líder do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria sensibilizar V. Ex.^a sobre o seguinte: a deputada Olívia tem colocado a necessidade de falar, e eu acho que ela tem necessidade de falar, mas eu combinei com o líder do PCdoB, Fabrício, que todos falarão – foi ele quem propôs isso a mim, que todos falarão – no tempo do PCdoB, todos falarão.

Então, eu quero aproveitar e fazer a inversão: pedir a Ernâni para liberar... de Fabrício – ele achou que não foi liberado naquele momento – para a gente sanar isso, porque se tem alguém aqui nesta Casa que, hoje, acordou de manhã e está sofrendo com a perda de Haroldo Lima, é esse cara que vos fala. Ele foi meu colega antes de qualquer um desses deputados valorosos do PCdoB.

Eu militei com Haroldo Lima na clandestinidade no PCdoB quando foi... Sei da importância de valorizar, como fiz hoje nas minhas redes sociais, esse grande democrata, um homem da busca da liberdade extremamente importante para a democracia baiana e brasileira. Mas tem regra na Casa, senão vão ter que arrumar outro líder.

Então, eu quero dividir esse tempo, passar para o deputado Fabrício e ele divide o tempo entre os deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria ou líder do Bloco Parlamentar PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Onze minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: (...) meu bom dia a todos e a todas. Obrigado. Eu fiz um acordo com Samuel. Por todo o tempo do PCdoB/PDT falarão o deputado Fabrício, o deputado Zó, Bobô e Olívia, os quatro deputados do PCdoB.

Perdemos, nesta madrugada, um homem que é a história da luta contra a ditadura militar, pela democracia, pela liberdade de nosso país, e como líder do PCdoB na Assembleia, venho aqui deixar o meu sentimento de luto por este homem que, desde 94, me ensinou muita coisa.

Haroldo Lima, junto com Péricles, com Loreta, com Carlos, foi o alicerce do partido atual e, neste momento aqui, é uma tristeza ter perdido um homem que é parte da história não só do PCdoB como parte da história da Bahia, do Brasil.

Haroldo, filho de Caetité, essa terra adorada, e filho da Bahia, um homem que entra para a história como uma das figuras que mais lutou pela democracia e pela liberdade e que, pessoalmente, me ensinou muito a ser a figura que sou e a defender os princípios e ideais que eu defendo. Então, em nome do PCdoB da Bahia, venho colocar, aqui, o meu sentimento de luto e tristeza pela perda, mais uma perda, para esse inimigo invisível que é a Covid.

Haroldo, que militou na Juventude Universitária Católica, foi preso, torturado pelo regime militar, foi deputado constituinte. Haroldo tem toda uma história e, com certeza, já é contada em livros e será contada na história do Brasil. Então, o meu sentimento.

Deixo a palavra para que os demais deputados do PCdoB possam usar, começando pela deputada Olívia, depois o deputado Zó, e o deputado Bobô, dividindo o tempo igualmente para todos os deputados do PCdoB.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Bobô, Olívia ou Zó.

Deputado Bobô ou Olívia?

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, eu quero, inicialmente, antes de mais nada, agradecer a todas as pessoas, os deputados que aqui se manifestaram com solidariedade, com sentimento em relação à perda de um dos homens mais imprescindíveis da história do Partido Comunista do Brasil.

Independente das nossas diferenças e divergências políticas, antagonismos de ideias, eu quero aqui recepcionar a fala do líder da Bancada da Minoria, deputado Sandro Régis, que fez, de imediato, a sua saudação à memória do nosso grande líder Haroldo Lima.

Haroldo, que nos deixou na madrugada de hoje, antes mesmo do dia raiar, ele que sempre foi uma luz, um sol nas nossas vidas, apesar desse mundo tão sombrio, de um capitalismo atroz, onde as pessoas valem por aquilo que elas acumulam de riqueza, de coisas materiais, um punhado de pessoas milionárias, bilionárias num universo de pessoas que vivem na miséria, na pobreza absoluta.

Haroldo Lima sempre se indignou com o capitalismo. Ele sempre foi um socialista, um homem de coração vermelho que lutou contra a tortura, a ditadura militar, foi preso político, mas nunca baixou a cabeça para esse sistema. Ele se foi deixando a gente aqui com uma enorme dor, mas também com um enorme orgulho daquilo que ele representou para o nosso partido, para as nossas vidas.

Eu, particularmente, amiga de Haroldo, que sempre contei com o apoio dele, de um homem branco, consciente, consciente do que é ter privilégios, homens e brancos. De primeira hora, enquanto muitos achavam chato falar de racismo – “Lá vem ela falando de racismo, de mulheres!” – ele foi o ouvido que ouviu, que escutou.

Desde a minha primeira campanha, no ano 2000, Haroldo se colocou firmemente ao meu lado, entendendo a importância de o PCdoB ter, sim, mulheres na sua bancada parlamentar, quer seja no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa ou nas câmaras de vereadores, porque ele sabia que o machismo precisava ser derrotado diante da necessidade de construirmos uma sociedade verdadeiramente de igualdade, sem hipocrisia, sem mentiras, sem farsas.

Portanto, eu quero aqui dizer que estou de coração muito doído. Amanhã é o aniversário de 99 anos do nosso partido, é o meu aniversário, sombreado pela tristeza dessa dor enorme pela perda do nosso Haroldo Lima. Mas eu tenho certeza de que todos nós que ficamos aqui vamos levar em frente o legado dele. Nós vamos derrotar esse presidente genocida que é defendido aqui. Eu faço minhas todas as palavras do deputado Hilton Coelho. É muito triste, Hilton, ver entre nós deputado que defende tortura, deputado que entra nessa sessão com um quadro de armas nas costas, com um símbolo da morte!

O símbolo desse governo, o grande legado do governo Bolsonaro será a morte do povo brasileiro, de uma parcela enorme do povo brasileiro...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, Deputada Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) este país que tem uma população de 220 milhões de habitantes. A China, com quase 2 bilhões de habitantes, perdeu muito menos filhos do que o Brasil. A Índia... todos os países estão cuidando do seu povo. E o Brasil sendo esse laboratório – finalizo, Sr. Presidente – de uma guerra da insensatez, a guerra da barbárie. De um lado o presidente da República, que deveria apoiar o seu povo, de mãos dadas com o corona vírus, com a pandemia, e do outro lado, um povo, governadores e prefeitos que lutam para salvar vidas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, Deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Isso é extremamente injusto! Portanto, eu aqui termino, Sr. Presidente, agradecendo por esse direito, enquanto deputada, de poder me manifestar e dizer que o socialismo vencerá o capitalismo e a barbárie, porque gente nasceu para brilhar e não para morrer de fome ou de Covid.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Olívia, V. Ex.^a tem toda razão de se emocionar, conviveu com esse grande homem, e o Brasil, hoje, tem muita carência desses homens que pensaram no Brasil e pensaram na sua população. Um grande homem que orgulha a todos nós pela sua vida, pela sua trajetória política em defesa, principalmente, das classes mais desfavorecidas.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para continuar, os outros dois deputados que compõem a Bancada do PCdoB.

Deputado Bobô e deputado Zó.

O Sr. BOBÔ: Presidente, bom dia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Quero dizer a todos e todas que estão nos ouvindo e nos acompanhando, neste momento, que me sinto totalmente representado pela fala da deputada Olívia Santana. Não só pela emoção que ela colocou e que ela tem sentido, mas, sobretudo, pela forma como ela, de alguma maneira, sintetizou esse sentimento de todos nós, comunistas, e de todos nós que tivemos o privilégio de, mais ou menos, conviver com a figura de Haroldo Lima. Eu tive essa sorte também, tive esse privilégio.

E é muito importante... E quero me solidarizar com a família de Haroldo, que é uma família extensa, grande, porque não são só seus familiares, nós também fazemos parte dessa grande família. É uma perda irreparável. Irreparável! É uma perda, não só pela personalidade do Haroldo, do que ele representava, do que ele sempre defendeu, da democracia forte, a democracia pujante, de um país mais humano, um país com mais justiça social. Mas, sobretudo, pela forma com que ele sempre conduziu esse processo.

Então, me sinto perfeitamente representado, Olívia, pela sua fala, pelo sentimento. Não só pela morte de Haroldo, infelizmente, mas também pelo que você colocou em relação ao deputado Hilton Coelho.

Fica aqui esse sentimento de perda enorme, mas sobretudo quero dizer que Haroldo permanece vivo no nosso coração e na nossa memória, justamente por essas bandeiras que ele sempre representou. Haroldo era dessas figuras, presidente, que, ao falar, num bate-papo ou num determinado evento formal, todos nós parávamos para ouvi-lo. Porque ele conseguia, de alguma maneira, passar a mensagem que ele entendia ser importante naquele momento.

Minha solidariedade, meu respeito, meu pesar à família comunista da Bahia e do Brasil. Mas, sobretudo, a todos os homens e mulheres que defendem a democracia, que amam este país, que querem um país mais justo, um país mais igual, um país mais humano. Eram essas bandeiras que o nosso querido Haroldo Lima sempre defendeu.

Portanto, fica aqui a minha estima, a minha solidariedade aos seus familiares. Mas também minha solidariedade enorme ao deputado Hilton Coelho pelo que está acontecendo com relação a ele. Viva a democracia! Viva a vida! Viva a ciência! É o que nós precisamos. E vacina para todos nós!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Zó.

O Sr. ZÓ: Presidente, está me ouvindo?

Estão me ouvindo? Alguém está me ouvindo? Está me ouvindo, presidente?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Estamos ouvindo, sim.

O Sr. ZÓ: Pronto. Tranquilo.

Eu só queria endossar as palavras dos nossos camaradas Olívia, Fabrício e Bobô. Queria agradecer a Rosemberg, nosso líder, e agradecer ao nosso líder Fabrício também, pela sensibilidade de ter dado espaço para nós quatro. Agradecer a Sandro Régis, líder da Oposição, em nome dos outros camaradas da Oposição que se manifestaram, e aos camaradas da Situação que se manifestaram também.

Quero dizer que tive o privilégio de conviver com Haroldo e de conhecer a política de militância com o Haroldo, no início dos anos 80. Eu tenho 36 anos de filiado ao PCdoB, e nós do Sertão votamos muito em Haroldo. Haroldo foi nosso deputado aqui de Juazeiro e de toda a região.

Nos últimos dias, Haroldo, que foi cinco vezes deputado e presidente da ANP durante 8 anos... Eu liguei para Haroldo no dia 26, mandei uma mensagem para ele e ele não retornou. Quando foi no dia 28 de fevereiro, eu liguei para Haroldo. Ele me atendeu e disse: “Oi, Zó, tudo bem?”, daquele seu jeito de falar, e eu disse: “Estou ligando para você para a gente fazer uma *live* sobre a questão da política de preços da Petrobras e o aumento abusivo dos combustíveis”. Ele disse: “Zó, você não sabia? Eu fui diagnosticado com Covid...”, daquele seu jeito falar, “(...) estou em casa. Esses dias vou ficar sem atividade.” Então eu encurtei a conversa e desejei melhoras a ele. Ele disse: “Vou estar bem.” Eu disse: “Fique bem para a gente voltar ao São Francisco para fazer algumas atividades”. Eu fui, talvez, um dos últimos a falar com Haroldo, e ele com aquela dinâmica de sempre, aquela força de sempre, aquela

coragem de sempre, aquela esperança de sempre no coração. Mas infelizmente não deu.

A gente perde, certamente, pela falta de compromisso do presidente da República de não ter comprado vacina anteriormente. Se ele tivesse comprado a vacina, certamente o Haroldo poderia ter sido vacinado em dezembro ou no início de janeiro e não teria entrado nesse rol dos mortos por Covid-19. A gente já perdeu e está perdendo muita gente. Mas a gente perdeu muito mais pessoas por causa da falta de compromisso desse presidente irresponsável que está aí. Tem até quem defenda esse cachorro, mas Haroldo está na conta dele. Haroldo está na conta dele. Infelizmente, Haroldo e tantas outras famílias. Mas, vida que segue.

Estamos fazendo 99 anos amanhã, com essa perda irreparável, mas nós do Partido Comunista vamos continuar trabalhando. Como Haroldo sempre acreditou, nós vamos continuar sempre acreditando.

Presidente, muito obrigado a você, a todos os colegas, a todas as colegas. Ouvi manifestações diversas. Mas é isso, vamos sem nosso comandante, mas vamos seguir em frente. Obrigado mesmo, de coração.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Me escuta, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Escuto.

O Sr. Sandro Régis: Falará pelo tempo de 5 minutos o líder do bloco, deputado Josafá, e, por outros 5 minutos, o deputado Capitão Alden.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, olha bem, eu acabei comprando um certo desgaste com os colegas da Base da Maioria que queriam falar naquele intuito de ser um tempo de um lado e um tempo do outro para ser uma sessão mais rápida. E eu entendo se o deputado Sandro Régis não tiver possibilidade de fazer isso. Eu só preciso saber...

O Sr. Sandro Régis: Mas, espere aí...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) porque eu quero também prestigiar os deputados da Maioria e, principalmente, neste dia de tristeza, tanto pelas mortes por Covid-19, como pelo falecimento do deputado e ex-querido companheiro Haroldo Lima. Porque se houver por lá, vou abrir também do lado de cá. Eu queria que V. Ex.^a mediasse esses tempos para eu ficar à vontade também, porque eu dispensei o tempo do PP, entendendo que poderíamos construir uma sessão mais rápida.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente. Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Não estou entendendo, sinceramente, a colocação do líder Rosemberg. O líder Rosemberg botou para falar todos os tempos do Governo. O PP não falou porque não tinha orador inscrito. Inclusive, o deputado Alex Lima o questionou dentro do nosso grupo de votação. Ele disse que todos os parlamentares iam falar e quando V. Ex.^a falou com ele que Jusmari, se não me engano, e outros parlamentares queriam falar, ele falou que V. Ex.^a intermediasse. E V. Ex.^a falou que todo mundo iria falar, inclusive, está aqui o deputado Vitor Bonfim para falar.

Então, não houve quebra de acordo com a Oposição. Porque, pelo meu entendimento, todos os parlamentares vão se pronunciar em relação à questão do Haroldo Lima. Entendeu, Sr. Presidente? Eu estou conduzindo minha bancada da forma que eu interpretei como seria a posição do Parlamento.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu tinha encaminhado assim, tanto que dispensei os tempos. E eu respeito, não tem problema. Nós nem chegamos a fazer acordo. Fiz uma proposição inicial, uma vez que nós havíamos conversado de ser uma sessão rápida, e propus que se fizesse em dois tempos. Estava segurando apenas para os deputados do PCdoB, que falariam os quatro no tempo do PCdoB, como aconteceu.

Mas como isso não tem problema, deputado Sandro, fique tranquilo, não foi quebra de acordo, porque nós não chegamos a acordar isso na sessão. Eu só quero entender para eu saber como encaminhar a minha bancada. Então, vou encaminhar a minha bancada no sentido de abrir os tempos, sem problema algum.

O Sr. Sandro Régis: Dentro do processo de votação, Sr. Presidente, a Bancada da Oposição votará favoravelmente. Só quem irá encaminhar o projeto será o líder da Oposição, este que vos fala, e será positivamente. Então, no processo de votação, não haverá nenhum tipo de obstrução, muito pelo contrário.

Agora, nós temos apenas dois tempos: o tempo de agora, de Josafá e de Alden, mais o tempo do MDB e do DEM, em que falarão Prisco e Arimateia. E estará encerrada a fala da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro Régis.

Com a palavra o deputado Josafá, pelo tempo de 5 minutos.

Deputado Josafá. Abra o áudio, por favor, Josafá.

O Sr. JOSAFÁ MARINHO: O.k. Bom dia, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero ser breve. Apenas, também, nesta oportunidade, quero fazer uma homenagem ao nosso querido Haroldo Lima.

De certo modo, quando cheguei a Salvador, em 1994, a gente já conhecia alguns nomes da política, e a gente tinha o Haroldo como uma grande referência. Cheguei a ser presidente da Juventude Socialista do PDT, aqui no estado da Bahia, por duas oportunidades. Participei de alguns movimentos estudantis e a gente sempre tinha o Haroldo como a pessoa que nos dava uma referência. E, naquele momento,

como um jovem sonhador, a gente chegava para estudar, a gente chegava para participar de uma história que Deus tinha nos colocado.

Então, quero me solidarizar com todos os nossos colegas, amigos, deputados, não só estaduais, mas também os deputados federais, e toda a família do PCdoB. Nós temos de saber definir e também separar as coisas. Momento de dor é um momento de solidariedade, é um momento de estarmos tentando encontrar algo que não é claro para o momento que estamos passando. E estamos passando por um momento muito difícil!

Perdemos, recentemente, um amigo, um companheiro, um colega – porque também sou cantor gospel –, uma pessoa que nós tínhamos como uma referência também, que é irmão Lázaro. O irmão Lázaro nos deixou precocemente, com apenas 54 anos, e tínhamos algumas conversas já trabalhadas. E Deus quis assim, porque a Bíblia diz que o sol que nasce para os que são de Deus também nasce para os outros.

Enfim, todos estão sujeitos a estar nessa situação. Então, nós temos de ter todo o cuidado, temos de estar sempre de forma cautelosa para não criarmos nenhum tipo de problema para nós mesmos. Eu perdi parentes, na minha família houve perdas. Aliás, em quase todas as famílias, algum vizinho, todos tiveram algum tipo de perda. Então, vamos ter cuidado com isso.

Mas, Sr. Presidente, eu queria também, apenas para contribuir com a questão da objetividade do tempo, dizer que nós somos parte dos defensores de que os templos religiosos, as igrejas, se transformem, sim – porque, para mim, já são –, em essenciais. A igreja trabalha, no seu essencial, com a espiritualidade da pessoa. Muitas pessoas que estão precisando, em um momento tão difícil, de uma palavra, às vezes, procuram o templo. Claro que os templos também têm de estar sujeitos às leis, aos decretos. E nós, como servos de Deus, conhecemos que toda autoridade é constituída por Deus e todos estão sujeitos às suas leis, isso diz a nossa Bíblia Sagrada.

Então, nós temos de estar sujeitos às leis. Se o decreto é esse, tem de ser respeitado. E quero agradecer a sensibilidade do governador da Bahia por ter mantido pelo menos os 30% de presença nas igrejas, em todas as igrejas, porque são nos templos que muitos vão buscar uma palavra de conforto. Porque podem estar passando por um processo difícil, mas a igreja tem um tratamento social, a igreja tem um papel social. Muitas igrejas fazem trabalhos de assistência social, também com assistência espiritual. Muitas igrejas têm psicólogos, porque tem pastores que são psicólogos e trabalham com essas pessoas que necessitam, com esses membros, essas ovelhas.

Enfim, só queria chamar atenção para essa questão de que a gente tem de transformar, sim, as igrejas em atividade essencial devido a sua situação. Claro que dentro dos parâmetros, dentro da justiça da lei, colocar que nós tenhamos que obedecer aos decretos, sim. Mas quero colocar aqui a minha posição favorável a essa questão de que os templos sejam, sim, essenciais.

E aí eu quero aqui já finalizar, agradecendo a todos; me solidarizar, mais uma vez, com as famílias do nosso querido Haroldo Lima, como uma referência da

política baiana e, também, com tanto serviço prestado ao Brasil; e deixar aqui um abraço também à família do nosso Irmão Lázaro, que nos deixou recentemente e de forma precoce. Portanto, eu quero só dizer que é um momento de reflexão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado. Para concluir.

O Sr. JOSAFÁ MARINHO: Deus abençoe cada um.

Para concluir, dizer que Deus tenha misericórdia de nós e nos abençoe nesse momento tão difícil.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Capitão Alden pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Um bom-dia a todos.

Sr. Presidente, em resposta aos comentários feitos pelo nobre deputado Hilton e, também, a Olívia Santana, gostaria de dizer o seguinte, Sr. Presidente: desde o início do meu mandato – antes do Carnaval, mais precisamente, e antes da OMS declarar pandemia mundial –, eu já discursava, na Assembleia Legislativa, cobrando medidas por parte do governador do estado e também da Prefeitura Municipal do Salvador, como também de outros municípios baianos, sobre as ações de combate ao novo coronavírus.

Eu fui o primeiro parlamentar... Isso está registrado nos Anais da Casa, inclusive, no canal do YouTube, que eu fui um dos primeiros parlamentares a cobrar do governador do estado ações concretas para minimizar os efeitos dessa pandemia. Aliás, o próprio gestor do estado chegou, inclusive, a reiterar, repetindo que aqui não teria nenhum problema, que seria uma gripe, que poderia funcionar o Carnaval perfeitamente que não haveria nenhum problema, estaria tudo acertado com os órgãos de vigilância para adotar as medidas cabíveis.

Sabendo da incompetência do estado com relação a essas medidas – porque sabia que não seriam tomadas –, mesmo assim eu não me furtei em pleno período de Carnaval, quando estava funcionando tudo normalmente... Eu fui o único parlamentar que foi nas avenidas, nos circuitos do Carnaval... Eu tirei de minha verba pessoal o suficiente para comprar cerca de 5 mil kits, contendo álcool em gel e material informativo, que distribuí para policiais militares, policiais civis, guardas civis municipais, mototaxistas, motoristas de aplicativos, profissionais de saúde, todos eles. Eu passei de posto em posto, distribuindo um material informativo sobre como evitar o contágio do novo coronavírus.

Enquanto isso, nem o próprio estado tinha iniciado sua campanha oficial para minimizar e para informar a população a respeito dos cuidados com o novo coronavírus. E eu, desde aquela época, além de ter falado na tribuna, fui para campo, não fui fazer igual a outros muitos que se esquivaram. Eu fui para o terreno, fui para a

área, para o circuito do Carnaval, pessoalmente, distribuir álcool em gel para vários policiais militares e agentes da segurança pública.

Eu fui o único parlamentar, inclusive, que desde 2019... Logo no início do meu mandato, apresentei aqui um projeto de lei nesta Casa que até hoje não foi aprovado, indicando, justamente, prioridade da vacinação a todos os agentes de segurança pública, aos funcionários, inclusive, da vigilância privada, vigilância patrimonial, guardas civis municipais, agentes da Transalvador. Até hoje esta Casa não aprovou. Mas, desde 2019, eu encaminhei para esta Casa. Aí hoje vem deputado dizer que o presidente foi insensível, que não liberou a categoria da segurança pública para se vacinar, quando a própria Casa, desde quando eu encaminhei este requerimento, até hoje não aprovou.

Então, já que ele tem tanto interesse em vacinação dos policiais militares – que é um interesse justo, que é legítimo –, por que não fez, não se juntou à minha luta para aprovar esse projeto de lei que foi apresentado em 2019?

Outra questão: o deputado Hilton falou aqui a respeito de que eu fui traidor da segurança pública. Quem acompanha o meu mandato e segue os meus canais oficiais de comunicação sabe muito bem que as declarações feitas pelo nobre colega parlamentar não procedem. Fui, sempre fui e sempre sou pela defesa da segurança pública. Mas percebo que quando os deputados da notícia crime – porque foram todos eles citados – ficam sem argumentos para tentar defender a sua postura criminosa, eles seguem com ataques, sem nenhum fundamento, para tirar a atenção. Atacar o presidente da República e afirmar que ele é genocida é, sim, um crime. E merece ser levado à esfera judicial.

Fiz a notícia crime e farei outras tantas quantas forem necessárias, doa a quem doer, não recuarei. Atacar o presidente da República e afirmar que ele é genocida é, sim, um crime que merece ser levado à esfera judicial, mais precisamente no art. 27 do Código Penal. E também na Lei de Segurança Nacional está lá muito claro: caluniar ou difamar o presidente da República, o do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Estou concluindo, Sr. Presidente.

(...) ou o do Supremo Tribunal Federal, imputando-lhes fatos definidos como crime ou fato ofensivo à reputação. Está aí a tipificação. Então, todos aqueles que, eventualmente, infringirem a lei, porque a lei é para todos, deverão, sim, responder juridicamente em todas as esferas penais ou administrativas.

Então, fica aqui, meu presidente, a minha posição com relação a isso. Sempre fui e serei defensor da segurança pública e irei ser um intransigente defensor do Direito e da Constituição Federal.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do Bloco Parlamentar Avante/PSB/PL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Esse tempo é do...?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Avante/PSB/PL.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Vão falar: por 5 minutos, o deputado Vitor Bonfim; por 3 minutos, a deputada Olívia; e, por 2 minutos, o deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, o deputado Alex Lima vai dizer que está presente em 2 minutos.

Pois não, deputado Alex. (Pausa)

Quem vai iniciar, deputado Rosenberg? Deputado Vitor...

O Sr. Alex Lima: Sr. Presidente, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem. Só para alinhar com o nosso líder Rosenberg, o tempo do nosso bloco seria de 5 minutos para o deputado Vitor Bonfim; de 3 minutos para a deputada Fabíola; e de 2 minutos para o deputado Angelo Almeida.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Ah! Desculpe, desculpe. Então, é Angelo Almeida e não Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Vitor por 5 minutos. (Pausa) Deputado Vitor Bonfim. (Pausa) Então deputada Fabíola, se Vitor não estiver...

O Sr. VITOR BONFIM: Alô! Não, Sr. Presidente, o microfone não estava sendo liberado, foi liberado agora. Me ouve?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Vitor pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. VITOR BONFIM: Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, demais colegas deputados! Inicialmente, Sr. Presidente, quero me solidarizar com a família do PCdoB, com a família do deputado Haroldo Lima, um grande parlamentar, que muito bem representou a nossa Região Sudoeste do estado da Bahia na Câmara Federal por 5 mandatos. Especialmente lá no município de Caetité, de onde ele é natural. Quero me unir às palavras da deputada Fabíola, do deputado Zó, do deputado Bobô, que são os representantes do PCdoB na Assembleia Legislativa. Quero deixar, aqui, o meu pesar por essa grande perda, não só para a política da Bahia, mas para a política do Brasil.

Quero ainda, Sr. Presidente, na manhã de hoje, voltar, aqui, a fazer um apelo aos líderes – tanto ao líder deputado Rosenberg como ao líder Sandro Régis – bem como ao deputado Tiago Correia, que vem tratando aí da tramitação do PL nº

24.069/2021. Esse é um projeto de lei de extrema importância, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque ele vem preencher uma lacuna legislativa que ficou com a extinção da Sudic, que ocorreu há 1 ano, aproximadamente. Ficou um limbo no legislativo, e impossibilita que as empresas que estão sediadas em terrenos nos centros industriais do estado da Bahia possam regularizar a sua situação. Isso tem levado preocupação a esses empresários, sobretudo neste momento que a gente atravessa de extrema crise.

Deputada Jusmari Oliveira, vi que a senhora está inscrita aí. Sei que a senhora sabe como está a situação no município de Luís Eduardo. Os empresários e os médios empresários que estão instalados no centro industrial – que geram emprego, que geram renda para o nosso estado – querem e precisam regularizar a sua situação.

Então, eu faço, aqui, um pedido para que a gente possa entrar em entendimento. Se for o caso, deputado Tiago, restringir tão somente a questão dos terrenos da Sudic no Projeto nº 24.069/2021, deputado Rosenberg, para que nós possamos avançar nessa proposta legislativa.

Esse projeto entrou na Casa em dezembro do ano passado, recebeu a sua numeração logo após nós retornarmos no mês de janeiro. Então, já tem bastante tempo na Casa. E a gente precisa superar isso aí, para permitir que os empresários possam regularizar a sua situação, buscar financiamentos em bancos oficiais, possam investir na indústria, neste momento de extrema dificuldade, como eu falei, que nós estamos atravessando aqui, no estado da Bahia, já que perdemos muitos empregos com o fechamento da Ford e de diversas outras empresas.

É preciso que a gente mostre que o estado da Bahia está do lado do empresário, do empresariado na geração de emprego e renda. Então, é de suma importância a aprovação desse projeto de lei. O deputado Paulo Câmara, que também tem uma atuação política lá, no município de Luís Eduardo, uma relação com o prefeito, sabe da importância da aprovação desse projeto.

Quero ainda, Sr. Presidente, manifestar a minha solidariedade ao deputado Hilton. A gente tem que entender o funcionamento do Parlamento. A Casa, a Assembleia Legislativa é uma casa plural, que tem diversos pensamentos divergentes, mas que têm que ser respeitados e compreendidos. Não é possível que em pleno 2021 a gente queira tolher a atuação de determinado parlamentar, restringir a sua linha de pensamento, por mais divergente que ela seja da nossa. Então, quero me solidarizar com o deputado Hilton Coelho. É livre a manifestação do pensamento. E a gente tem que permitir que os deputados assim o façam.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer a todos os deputados que fiz uma proposta de emenda à Constituição do Estado para alterar a questão da convocação extraordinária. Para que toda PEC – proposta de emenda à Constituição – possa tramitar, ela precisa de 21 assinaturas. E como nós estamos funcionando de forma remota com o novo sistema eletrônico, quero fazer, aqui, um pedido a todos, que deem uma olhada nisso, nessa proposta, que é para adequar a nossa constituição à Constituição federal, que proíbe o pagamento de verba extra no período de convocação extraordinária. A Casa não vem se utilizando desse instrumento, nós

estamos funcionando aí há mais de um ano de forma ininterrupta, sem ser feito nenhum tipo de pagamento extra aos deputados.

A Assembleia Legislativa da Bahia precisa mostrar para a sociedade que nós entendemos esse momento que o país atravessa e, mais do que isso, a gente está à frente dos acontecimentos. Não é possível que a Justiça venha dizer o que a Assembleia deve ou não fazer. Deve ser uma iniciativa dos deputados.

Então, peço aí a todos a colaboração na assinatura dessa proposta, para que a gente possa adequar a nossa constituição, a Constituição do Estado à Constituição federal e mostrar para a sociedade baiana que Assembleia entende e que os seus deputados entendem o momento que a gente atravessa.

E, mais do que isso, Sr. Presidente, para poder funcionar de uma forma mais clara, de uma forma mais objetiva, sem se utilizar de subterfúgios. Ou seja, tanto no meio do ano como no final do ano nós ficamos sem votar a LDO e sem votar o Orçamento. Nós terminamos votando Orçamento de 2021 só agora, já quase no mês de fevereiro.

Então se a gente for precisar repetir esse expediente neste ano, nós vamos prejudicar o andamento do ano de 2022. Então, é preciso, se for necessário a Assembleia funcionar de forma ininterrupta, que ela funcione, mas a gente tendo já votado a LDO, tendo votado o Orçamento do estado.

Por isso aqui faço um apelo a V. Ex.^a, para...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. VITOR BONFIM: Para concluir, Sr. Presidente.

(...) o apoio nessa tramitação desta PEC que apresentei no dia de segunda-feira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, já que o deputado Vitor Bonfim trouxe esse assunto, eu gostaria de dizer a todos os colegas deputados que esta Casa ainda não recebeu a ação da Procuradoria-Geral na qual eles dizem na ação que não houve má-fé nossa, dos deputados. Na Constituição estadual estava escrito que poderia ser pago. Há mais de 10, 15 anos não era paga uma única indenização extraordinária. Foi paga uma única vez, sem má-fé nenhuma, pelo presidente, à época, nosso colega deputado Nelson Leal. Então, está tudo tranquilo, sem problema nenhum. Consta na Constituição do Estado.

É claro que a ação do deputado Vitor Bonfim é o que nós devemos fazer: adequar nossa Constituição, fazer essa mudança. Agora, na nossa opinião, a gente tem que analisar para não fazer assim em cima da hora, para não dar mais motivos, como se a gente tivesse agido errado e com má-fé. A própria Procuradoria diz que não houve isso, não houve a intenção de burla ou de má-fé por parte do presidente ou dos deputados, que quase na sua totalidade receberam.

Já mandamos isso para a Procuradoria Jurídica, já fizemos a resposta para a imprensa. É natural que a imprensa, por qualquer bobagem, já que nós somos saco de

pancada, ela aproveite. Mas nós não fizemos nada ilegal, fizemos o que consta antes da Constituição de 88, na Constituição estadual, mas essa iniciativa do deputado Vitor é benéfica e na hora certa nós vamos adequar a nossa Constituição à Constituição Federal, para que não ocorra novamente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra... Qual é o próximo orador?

Deputada Olívia pelo tempo de 3 minutos.

Deputado Rosemberg, quer falar?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, não, não foi Olívia, não. Foi Vitor, Fabíola e Angelo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Oh! Deputada Fabíola, me desculpe.

Deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: De jeito nenhum, para mim...

O Sr. Sandro Régis: Presidente, só um minutinho aqui. Só um minutinho, Sr. Presidente, queria dizer que a nossa Bancada da Oposição disse dentro do nosso grupo, agora, que o líder Rosemberg acabou de encaminhar o parecer sobre o projeto das igrejas, para se tornarem também atividade essencial. Então, eu gostaria que a minha bancada desse uma olhadinha no parecer para ver se concorda ou não com esse projeto ser votado hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, a deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, eu quero aqui, em meu nome, em nome da Bancada do PSB e de toda a militância socialista da Bahia e do Brasil, externar nosso profundo pesar, nossa tristeza por esse grande ser humano iluminado, esse líder democrático nas lutas por liberdade e igualdade, estar entre os 300 mil brasileiros que foram vitimados pela Covid. Numa verdadeira inação do governo federal, lentidão nas medidas restritivas, lentidão na aquisição da vacina o que pode, sim, ser considerado como genocídio, que é o extermínio deliberado de pessoas motivado por diferenças étnicas, nacionais e raciais.

Assim, o PSB tem profundo pesar pela perda de um líder democrático como Haroldo Lima, que militou junto com Lídice, com Leonelli, uma pessoa que defendeu de forma singular a igualdade, a liberdade, que foi da militância da Juventude Católica para a filiação no PSB, que teve uma importância na militância universitária. Essa é uma perda, sim, irreparável e queremos trazer aqui o nosso abraço solidário a toda a família de Haroldo Lima, com quem tive a felicidade de poder conviver um pouco.

A militância do PCdoB e, aqui, quero... Fiquei emocionada com as palavras de Olívia, dos deputados Fabrício, Bobô e Zó, também dos deputados Daniel Almeida e Alice Portugal. Então, eu quero aqui registrar o nosso pesar por esse falecimento e dizer que nós, certamente, lembraremos Haroldo Lima pela resistência à ditadura militar, pelas suas lutas democráticas, que se fazem tão necessárias num período sombrio como é o deste governo federal e num contexto dramático de pandemia.

De forma que fica aqui a nossa tristeza, a nossa solidariedade, mas a nossa homenagem a essas lutas que tanto inspiram as lideranças mais jovens como eu. E quero, assim como, o deputado Vitor Bonfim o fez, a deputada Olívia, me solidarizar com o deputado Hilton Coelho e com todos, porque não foi só o deputado Hilton Coelho, foram outros deputados e deputadas, e esta casa precisa tomar medidas enérgicas para não haver a censura, o cerceamento e, sim, a liberdade de pensamento em defesa de um Brasil mais justo, igualitário e de paz

Viva Haroldo Lima! Viva a democracia! Viva a igualdade! E viva a liberdade!

Era isso, Sr. Presidente! Nosso abraço forte do PSB!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Bom dia, Sr. Presidente, bom dia aos demais colegas presentes nesta sessão. Faço minhas as palavras da nossa querida deputada Fabíola Mansur. Registrando, Sr. Presidente, a minha solidariedade a toda família do deputado Haroldo Lima, a todos os companheiros e companheiras do PCdoB da Bahia e do Brasil e dizer do meu testemunho, Sr. Presidente.

Ainda no início da primeira década deste milênio, eu tive a oportunidade, na Câmara Municipal de Feira de Santana, como presidente de uma Comissão de CPI para tratar da questão de um suposto cartel de combustível em Feira... Eu já tinha tido a oportunidade na militância política, desde a minha passagem pelo PDT e pelo PT também, de dialogar, de perceber a espiritualidade, o espírito de liberdade e de socialismo do companheiro Haroldo Lima. Na época ele era presidente da ANP e criou-se uma CPI - eu quero aqui fazer esse registro - e nessa CPI buscando uma forma de colocar alguém imparcial para tratar e presidir...

A minha primeira iniciativa foi tentar, e consegui, graças a Deus, contato com o então presidente da ANP, Haroldo Lima, e com ele conversei por duas oportunidades. Na primeira, ele disse que eu poderia contar com ele, e eu precisava que a ANP fizesse um estudo profundo e apresentasse uma nota técnica dizendo se havia ou não indícios de cartel entre as redes de combustíveis de Feira de Santana. Fui muito bem atendido, e para a minha felicidade, a nota técnica veio perfeita, inclusive, apontando que havia, sim, indícios de cartel na rede de postos em Feira de Santana. Cumpri o nosso papel e encaminhei ao Ministério Público, já se vão 10 anos e não temos ainda notícias de que quais providências tomaram.

Mas, naquela oportunidade, eu percebi também, pude ser testemunha da alegria do deputado, do presidente da ANP, que me reportou um diálogo, naquele mesmo dia em que eu conversei com ele, dele para com o presidente Lula, isso em meados de 2010, e ele me disse que tinha acabado de informar o presidente Lula que estava indo para leilão uma ampla faixa territorial da Bacia de Santos, com a possibilidade grande de poços de petróleo do pré-sal, e o presidente Lula havia retirado, determinado a ele que retirasse daquele leilão aquelas indicações de poços de petróleo, de perfuração do

pré-sal. Ele estava numa alegria muito grande, mas também me sinalizou que estava muito temeroso do que poderia acontecer a partir dali.

Então, esse era o espírito de Haroldo: um homem correto, reto, um homem que dignificou a Bahia e dignificou sobretudo a política. Portanto, em nome de todos os companheiros do PCdoB, transmito aqui a minha mensagem de solidariedade e de profundo respeito pela família, pela vida e pelo que ele nos deixou aqui de legado.

Então, Sr. Presidente, quero, portanto, concluir registrando que nós fizemos uma democracia e estamos lutando por ela e, com todo respeito ao nosso colega, ao deputado Capitão Alden, dizer que ontem, ainda que esteja aqui no Vale do Paraguaçu, na cidade de Iaçú, recolhido e me cuidando, daqui pude acompanhar a ampla manifestação de repúdio do povo baiano, sobretudo na capital e em Feira de Santana, com o panelaço, onde o povo gritou em uma só voz: “Fora Bolsonaro. Fora genocida”. Portanto, Capitão, é bom lembrar que a voz do povo é também a voz de Deus.

Um grande abraço a todos, Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelo PSB, falará pelo tempo de 10 minutos a presidente da Unale, minha querida colega e amiga deputada Ivana; depois, o deputado Eduardo, e a deputada Jusmari Oliveira.

Com a palavra, a deputada Ivana.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Bom dia Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, é com muita tristeza que eu uso aqui a palavra. Hoje, quando eu acordei, a primeira notícia que eu vi foi o falecimento de Haroldo Lima.

A gente já estava acompanhando essa luta dele. Haroldo foi muito importante na minha vida. Haroldo é primo carnal da minha mãe e eu lembro, desde criança, quando Haroldo vinha a Guanambi com Vandilson Costa, meu pai era de direita e Haroldo de esquerda, comunista, e a gente dava risada, porque Haroldo sempre conviveu muito bem, sempre mostrou suas ideias e sempre respeitou os outros.

Logo na minha primeira viagem internacional, presidente, quando eu fui à China pela Unale, representando o Brasil, eu vivi a maior emoção política que eu acho que uma pessoa poderia viver, que é falar no Brics em nome do meu país, em nome da minha região, e quem me ajudou a construir aquele discurso foi Haroldo Lima. Lembro que eu liguei para ele e ele sempre chamava a gente carinhosamente de baixinha: “Diga, baixinha!” E eu disse a ele da minha preocupação, da minha angústia em ter que discursar no Brics, ele tinha uma história, tinha morado na China, poderia me ajudar e ele prontamente se prontificou.

Eu lembro que ontem eu falava com a deputada Fabíola Mansur que coincidentemente no rolo de câmera do meu celular, apareceu uma foto: Haroldo, Fabíola, Olívia e eu. Vou publicar essa foto, pois foi a última vez que eu encontrei com Haroldo no aeroporto em Brasília.

Então, é com muito pesar que eu deixo aqui o meu abraço a toda a família, a Gilda, sua esposa, a seus filhos, a Chico Nelson, seu sobrinho. Eram muito presentes, Chico Nelson e Haroldo aqui na região de Guanambi, aqui na região de Caetité. Eu sou caetiteense também e, em nome de todos os seus conterrâneos, em nome de toda a população de Caetité, em nome de toda a família: vá em paz, guerreiro. Você deixa um excelente legado. Você faz parte da nossa história de vida e eu sei que você está em um lugar especial.

Aos meninos e a Olívia do PCdoB, um abraço carinhoso e meus sinceros sentimentos a todos.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Eduardo Alencar pelo tempo de 3 minutos.

Deputado Eduardo, nos ouve? Deputado, estava fechado o seu som, Eduardo.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Está ouvindo agora, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.!

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus caros amigos, hoje é um dia triste, mais um dia triste com o falecimento do deputado Haroldo Lima. Uma pessoa com quem não convivi, mas acompanhei a sua história de vida, de luta, de trabalho e me solidarizo com os seus familiares e com toda a família do PCdoB.

Mas, Sr. Presidente, meus caros deputados, durante todas as sessões virtuais de que nós estamos participando, estamos vendo frequentemente as reivindicações de todos os deputados, justas, merecidas, para as diversas categorias, pedindo ajuda e sensibilidade pelo que todos nós estamos passando hoje com a doença do coronavírus, que tanto traz transtorno e dor para todos nós. E, acompanhando de perto todo esse problema que está acontecendo na Bahia, no Brasil e no mundo, como presidente da Comissão de Saúde, eu não poderia deixar de estar aqui hoje me expressando e me solidarizando com todas as famílias que hoje estão passando por momentos de tristeza e dor em todo nosso país.

Mas, Sr. Presidente, meus caros deputados, tem um projeto em que dei entrada nesta Casa, de nº 23.851/2020, que é um projeto de lei que tem a intenção de suspender as parcelas dos empréstimos consignados contraídos por servidores públicos municipais e estaduais no prazo de 90 dias, prorrogados por mais 90 dias ou durante a vigência desta pandemia que tanta tristeza e tanto sacrifício trouxe para a população brasileira e para a Bahia.

Esse projeto, Sr. Presidente, vai beneficiar todos os funcionários públicos que hoje já estão sem condição de trabalhar, sem condição de sair de casa e que estão sem reajuste, sem condição de receber seu reajuste salarial, porque nem o estado, nem os municípios têm condição de dar. Esse projeto vai trazer para eles um alívio muito

grande, pelo menos no período em que está acontecendo esse estado de calamidade pública no nosso país.

É um projeto que está aí na CCJ, não vai trazer ônus para o estado, não vai trazer ônus para as entidades financeiras que fazem os empréstimos, mas que vai trazer um alívio muito grande para os funcionários públicos, que passarão um período sem pagar essa parcela, retornando a pagar quando passar todo esse processo de pandemia e que o estado e os municípios possam trazer para eles um reajuste digno para que eles possam pagar essas parcelas dos empréstimos consignados.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de contar com o seu apoio, com o apoio de todos os deputados, que olhassem para esse projeto com maior simpatia, com maior brevidade, para que esse projeto seja votado nesta Casa e venha beneficiar tantas pessoas que, hoje, dependem de obter esse alívio em suas receitas particulares.

Eu... Tem empréstimo... tem projeto no governo federal para endividar mais ainda os funcionários públicos. Eu não concordo, eu acho que esse projeto que estou fazendo hoje aqui não vai endividar mais os funcionários, mas vai trazer um grande alívio para eles, para nós aqui, os funcionários públicos da Bahia, municipais e estaduais, aprovando-se esse projeto, trazendo para eles um período, um alívio, até que volte...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: (...) a normalidade em nosso país.

Então, Sr. Presidente, conto com o seu apoio, o apoio dos nossos deputados, que cobre do presidente da CCJ para que ele dê celeridade a esse projeto que é tão importante para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Jusmari Oliveira.

A Sr.^a JUSMARI OLIVEIRA: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Jusmari.

A Sr.^a JUSMARI OLIVEIRA: (...) Srs. e Sr.^{as} Deputadas, primeiramente, eu quero manifestar a minha preocupação e a solicitação da aprovação urgente, pela Assembleia Legislativa da Bahia, do projeto de lei do governador Rui Costa que pede autorização para transferência de imóveis, pois nele está contida a possibilidade de regularização dos imóveis ligados à antiga Sudic, especialmente os centros industriais.

E aí eu falo e agradeço ao deputado Vitor Bonfim por lembrar da urgência e da necessidade em relação ao Centro Industrial do Cerrado, aqui no município de Luís Eduardo Magalhães, que, por indefinição, por falta dessa definição, tem sofrido graves prejuízos, gravíssimos prejuízos. Um centro industrial que foi criado com recursos do município pelo então prefeito, ousado, alvissareiro e desenvolvimentista, Oziel Oliveira, e que possibilitou a mudança na estrutura econômica e social do Oeste

da Bahia. E por que não dizer da Bahia, uma vez que a matéria-prima produzida pelos nossos valorosos produtores rurais era totalmente exportada? Agora é processada no Centro Industrial do Cerrado, gerando mais emprego para todos os baianos, para todos os nordestinos e para os brasileiros.

Então, é urgente que votemos esse projeto para que, eu espero, a associação dos industriais do Centro Industrial do Cerrado possa assumir a administração desse centro e resolver graves problemas que vêm trazendo grandes prejuízos a toda a comunidade.

E depois, Sr. Presidente, coloco aqui o meu posicionamento quanto ao projeto de lei que deverá acontecer sob o consenso de todos nós deputados e deputadas com relação ao funcionamento dos templos religiosos. Eu defendo, como a maioria defende, que esses templos devam ser considerados como atividades essenciais.

Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, não é possível que num tempo em que a humanidade geme de dor, em que... em que os homens e mulheres, os baianos e baianas estão sofrendo, sim, com a dor desse vírus que veio para ferir de morte muitos ou quase todos, os líderes religiosos, as pessoas às quais nós confiamos a nossa espiritualidade, a condução da nossa espiritualidade, não possam ter acesso a nós e nós não possamos ter acesso a eles.

Os templos religiosos têm que funcionar, eles são os hospitais da humanidade, eles funcionam como o alívio da dor e só têm a ajudar neste momento de dor da humanidade. É preciso que os templos estejam abertos, claro, respeitando-se o número, a limitação do número de participantes das celebrações, respeitando-se o uso de máscara, respeitando-se o uso de álcool em gel. Mas as pessoas precisam ir ao templo, o líder precisa ministrar a essas pessoas, é uma questão até psicológica também, mas muito mais espiritual.

A nossa fé faz com que nós suportemos a dor e enfrentemos as dificuldades. As igrejas, os templos religiosos não podem funcionar por menor tempo do que até às 21 horas. Os trabalhadores, as trabalhadoras saem do trabalho e vão tomar o seu banho, se arrumar e ir ao templo, e é preciso que o templo funcione, pelo menos, até às 21 horas. Essa é a minha defesa nesse projeto de consenso que estamos construindo, e que seja possível ele ser votado hoje.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, o fiel que vai ao templo religioso, ele simplesmente vai ao templo. Ele não vai ao bar! Ele não vai à festa! Do templo ele vai voltar diretamente para a sua casa, mas ele vai voltar fortalecido e será um cidadão com mais condições de enfrentar todas essas dificuldades neste momento. Precisamos disso, isso é urgente, e eu tenho fé de que hoje a Assembleia Legislativa da Bahia dará a demonstração de maturidade de que precisamos, sim, enfrentar a pandemia com as restrições, obedecendo à lei. E isso, é claro... principalmente as pessoas, os cristãos, eles sabem que foi Jesus que os mandou obedecer à lei e dar a César o que é de César, obedecendo à lei.

Por isso, a lei que nós vamos fazer hoje precisa dar condição ao nosso governante, ao nosso governador Rui Costa, para que ele possa promover todas as atitudes e ações que vem promovendo de forma muito corajosa para garantir a

sanidade pública, mas respeitando esse sentimento de fé dos baianos e das baianas que precisam estar no templo. E o templo precisa funcionar pelo menos até às 21 horas.

Essa é a minha defesa, Sr. Presidente, muito obrigada pela oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Jusmari.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, nós já estamos aqui avançando na questão do projeto das igrejas, a Oposição concorda em votar, mas o projeto tem que obedecer ao toque de recolher do decreto do governo do estado. Os templos podem ser abertos, como qualquer atividade essencial, em cima dos decretos do toque de recolher do estado e dos municípios.

Tenho muito apreço pela deputada Jusmari Oliveira, mas nós não vamos concordar nessa questão de estabelecer horário. Que o templo seja... que o projeto seja votado como aí está.

E outra sugestão que eu queria fazer ao líder Rosemberg Pinto: deputado líder Rosemberg Pinto,...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Estou ouvindo.

O Sr. Sandro Régis: (...) com todo respeito e apreço que eu tenho pelo deputado Alex da Piatã, eu acho que V. Ex.^a tem que buscar um consenso para que todos os deputados ativistas nesse pedido de abertura a fim de que os templos religiosos se tornem atividade essencial sejam relatores. Eu não sei se V. Ex.^a botou a Mesa Diretora como relatora do projeto e subscreveu todos os deputados, até porque o deputado Jurailton e o deputado Arimateia deram entrada primeiro, foram os que primeiro deram entrada no projeto para que os templos religiosos sejam... se tornem atividades essenciais.

E como vai ser um projeto fruto do acordo de lideranças, eu sugiro a V. Ex.^a que busque, que busquemos, uma alternativa para que os 63 deputados, presidente, sejam relatores e proponentes desse projeto, porque não é justo que um deputado seja relator, tirando a oportunidade de tantos outros deputados que são religiosos, que lutaram para que esse projeto hoje fosse votado, a exemplo, aqui, dentro da minha bancada, especialmente, de Arimateia e Jurailton.

Então, são essas duas considerações, deputado. São essas duas considerações: votaremos o projeto se o relator for um relator da Mesa Diretora onde os 63 deputados sejam incorporados como relatores, se for um projeto da Casa. Esse é o primeiro ponto. E o segundo ponto: o projeto tem de obedecer ao decreto do toque de recolher do governo do estado, no caso desse projeto que é estadual. Se é até às 6

horas, é até às 6 horas; se é até às 9 horas, é às 9 horas. Não tem por que... não tem por que nós votarmos um projeto segundo o qual nós estamos aqui aprimorando a vida das pessoas, e quebrarmos o que as pessoas entendidas estão orientando aos governantes. Nós não podemos fazer um discurso, e agir de outra forma.

Sendo assim, Sr. Presidente, a Bancada da Oposição concorda em votar o projeto também na tarde de hoje, visto que nós já estamos entrando na tarde, também por dispensa de formalidade, e votaremos favoravelmente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro Régis.

Eu falava há pouco com o deputado líder da Maioria, deputado Rosemberg, desse projeto que trata das igrejas. Foi dada entrada por outros deputados, então, para que não haja problema, os líderes decidiram que vai entrar o projeto como se fosse de todos os 63 deputados. Mas por uma questão de democracia o deputado Jurailton pediu 2 minutos para falar, e eu vou conceder-lhe a fala.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Jurailton pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, ainda falta o tempo do PT, viu?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, estou ciente disso.

Pois não, deputado Jurailton.

O Sr. JURAILTON SANTOS: Bom dia! Bom dia, caros colegas deputados e deputadas. Obrigado, presidente, pela oportunidade. Quero, desde já, agradecer a sensibilidade do líder Rosemberg, do líder Sandro Régis e dos demais deputados pela aprovação desse projeto o qual nós demos entrada em março de 2020. Há 1 ano que a gente já vem conversando com a bancada evangélica, com todos, e agora a gente acredita que ele será aprovado.

Quero aqui, líder Sandro Régis, deixar bem claro para todos que eu sou a favor da sua fala. As igrejas têm que seguir, sim, as orientações das secretarias da saúde do município e do estado, com distanciamento, com álcool em gel na entrada, água corrente e sabão líquido também na entrada, o aparelho para verificar a temperatura. E se o toque de recolher é às 18 horas, eu concordo que tenha que se obedecer, tenha que se seguir, sim, o toque de recolher. Se é às 18 horas, por que não podemos reduzir o horário do culto?

Eu sou pastor há 24 anos e estou seguindo todos os protocolos. Se você for à igreja da qual eu sou pastor, na entrada está lá direitinho o álcool em gel, a água corrente, tem o álcool, tem o aparelho para a temperatura, e nós reduzimos o horário. Nosso último culto era às 19 horas, e nós o reduzimos para às 15 horas, 16 horas, para atender aos decretos do município e do estado.

Então, desde já, agradeço a todos os deputados, é uma vitória para a gente. As igrejas têm um papel importantíssimo no estado e no município, o papel de ajudar a comunidade, fazer a distribuição de cestas básicas, ajudar as pessoas que estão com depressão, com insônia, com desejo de suicídio, elas são amparadas espiritualmente pelas igrejas. Essa é uma vitória pela qual há 1 ano a gente vem lutando, e tenho

certeza de que os deputados todos irão votar a favor, uma vez que as igrejas têm um papel importantíssimo no estado e no município.

Obrigado, presidente, obrigado, líder Rosemberg, obrigado líder Sandro Régis.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder... O deputado Sandro Régis, como líder, já tinha indicado o Soldado Prisco pelo tempo do DEM/MDB e o deputado... Deputado líder, será o Soldado Prisco e quem mais?

O Sr. Sandro Régis. Oi! Será o Soldado Prisco e o deputado, Sr. Presidente... só 1 minutinho... é... Arimateia!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Soldado Prisco, pelo tempo de 5 minutos, e o deputado Arimateia, pelo tempo de 5 minutos.

Soldado Prisco, nos ouve?

O Sr. SOLDADO PRISCO: Pronto, muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Em primeiro lugar, eu quero saudar e deixar aqui também as minhas condolências para toda a família do nosso amigo, o deputado Haroldo Lima, a quem tive o prazer de conhecer e de conviver também. Então deixo aqui as minhas condolências por essa pessoa ter sido uma pessoa guerreira, um batalhador também.

Presidente, quero falar aqui sobre a questão do decreto do governador. Eu quero entender que o governador, quando ele baixa um decreto, é para todos, já que ele vai para a mídia e coloca isso: que é para todos. Só que dentro dos quartéis essa realidade não está acontecendo. Eu já falei aqui que nenhuma categoria de trabalhador, nenhuma na Bahia, teve mais gente morta por causa da Covid do que a da segurança pública, sejam eles policiais militares, civis, agentes penitenciários e bombeiros.

Então, o que a gente está vendo nos quartéis é uma cobrança absurda: aumentou o número de *blitze*, aumentou o número de abordagens, diminuíram as escalas.

Todos isso que estou citando foram todos proibidos no ano passado, quando a pandemia não estava igual a como agora, por que agora estão sendo permitidos? Por que o governador está sendo o coautor dos homicídios dos policiais?

Por que os policiais estão morrendo? Porque o governador está sendo responsável por isso.

Os policiais estão morrendo todos os dias, já são mais de 6 mil infectados pela Covid. Será que não está tendo sensibilidade neste momento?

Está sendo cobrada produção.

Tem que ter um pouco de sensibilidade, pregar a verdade. O discurso não pode ser demagogo e hipócrita para fora e, para dentro, a realidade ser outra.

Então, espero que o líder do Governo, Rosemberg, que está ouvindo, cobre do governador para falar com o comandante-geral.

O comando da PM está solto? Não tem comando, não? O secretário não manda nesse sentido, não?

Porque vários policiais estão sendo infectados todos os dias, entubados. Eu tenho dois policiais entubados neste momento, em estado gravíssimo.

Então, é importante que se cuide, que o decreto tem que ser para todos. Agora, foi decretada a interrupção dos transportes e tiraram o transporte dos policiais. Como eles vão viajar, já que eles cobrem a Bahia toda?

Então, se a lei é para um, tem que ser para todos.

Eu espero que o governador do estado seja realmente o responsável e cuide da Bahia como ele diz que cuida, porque os policiais militares e os policiais civis estão morrendo todos os dias, já que não estão sendo vacinados. Deveriam estar todos vacinados.

Não tem álcool em gel, não tem álcool líquido, não estão fazendo a desinfecção nas viaturas. Não estão tendo nenhum cuidado.

O discurso para fora está sendo muito bom, mas para a nossa categoria, infelizmente, o sofrimento é esse aí.

Muito obrigado, era isso que queria colocar.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O Sr. Ernâni Romeo: Rosemberg, seu microfone está aberto.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Bom dia.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, estão me ouvindo? Srs. Deputados, estão me ouvindo? Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois, não! Desculpe. Parada técnica.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputadas, eu quero, primeiro, me solidarizar com todas as famílias vítimas desta Covid-19 na pessoa do grande amigo, que partiu na semana passada, pastor e cantor gospel Irmão Lázaro.

E, neste momento, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer o registro nesta sessão, como vice-presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa e também presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e Institutos de Pesquisas Afins, que hoje, dia 24, é o Dia Mundial da Tuberculose.

Sr. Presidente, a tuberculose continua sendo o assassino infeccioso mais mortal do mundo. Todos os dias mais de 4 mil pessoas perdem a vida devido à tuberculose e cerca de 30 mil ficam doentes com essa doença evitável e curável. Cerca de 10 milhões de pessoas adoecem por tuberculose no mundo e mais de 1 milhão morre

anualmente. No Brasil, a doença é um sério problema de saúde pública com profundas raízes sociais.

Então, não poderia deixar de registrar esse fato, que é sério, é grave. Inclusive, existe uma lei aprovada por esta Casa, de minha autoria, foi aprovada essa lei de minha autoria, que diz que do dia 22 ao dia 28 nós teríamos a semana de conscientização...

Inclusive, eu queria até ler, aqui: “Dia 24 de março foi celebrado o Dia Mundial de Combate à Tuberculose”.

Então, o Projeto de Lei nº 14.244, de 7 de fevereiro de 2020, que institui no âmbito do estado da Bahia a Semana de Conscientização sobre a Tuberculose, de autoria deste deputado, já é lei.

Inclusive, amanhã nós teremos uma *live* para falar dessa questão, desse grave problema, porque a tuberculose vem assolando há muitos anos e nós não poderíamos deixar passar despercebido. Teremos algumas pessoas palestrando nessa *live*, que será amanhã, às 20 horas.

E eu gostaria de parabenizar os 63 deputados na pessoa do líder da Minoria, Sandro Régis, e também do líder da Maioria, Rosemberg Pinto, por terem acatado a iniciativa de colocar esse projeto de atividade religiosa como essencial hoje. Isso é de suma importância, Srs. Deputados.

E também quero agradecer e parabenizar o deputado Jurailton Santos pela iniciativa. Sabemos que vários deputados deram entrada nesse tema, nessa matéria, mas a importância da atividade religiosa... num momento tão difícil que estamos vivendo, ela, realmente, precisa ser essencial, porque é o momento de amparo, é o momento em que as pessoas que estão passando pela perda do seu ente querido vão buscar o conforto espiritual nas suas igrejas.

Então, esta Casa, Sr. Presidente, com a aprovação desse projeto... pode ter certeza de que vai repercutir em todos os estados da Federação. Inclusive, em vários estados, realmente, as assembleias legislativas já aprovaram. A nossa amiga deputada Ivana, que é presidente da Unale, sabe disso.

Muitas casas legislativas já tinham aprovado esse projeto. E agora chegou a vez da Bahia.

Eu acho que é um momento importantíssimo, um momento de alerta, um momento em que temos que procurar buscar se aproximar mais de Deus. A Bíblia diz: “Buscai o Senhor enquanto pode achar, enquanto está perto”.

Então, este é o momento em que precisamos, realmente, buscar.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu quero, aqui, agradecer, mas não poderia deixar de registrar que hoje é o Dia Mundial da Tuberculose. Inclusive, é a semana nacional de mobilização, da luta contra a tuberculose.

Está é a minha fala e agradeço pela oportunidade. Que Deus abençoe a Bahia, que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou o líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, vai falar, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Marcelino Galo; e por 6 minutos, este deputado que vos fala.

Mas, antes disso, eu queria... É que eu estou com dificuldade de conexão com o deputado Sandro Régis, pois estou usando o meu telefone que tem “zap”.

Então, o que ocorre? O deputado Sandro fez umas colocações com relação ao projeto das igrejas. Não tem problema. Está contemplado no projeto que, além de transformar em atividade essencial, o parágrafo único diz que têm que ser respeitadas as medidas sanitárias dos decretos estaduais do governo do estado e dos municípios. Então, essa preocupação com horário, e tal, está prevista no relatório.

Além do mais, com relação... Como V. Ex.^a já falou, o projeto passa a ser de iniciativa da Casa Legislativa, ou seja, da Mesa Diretora. E eu sugeriria, porque alguém vai ter que ler o projeto, para evitar qualquer tipo de problema, que assumiriam a leitura eu e o deputado Sandro Régis, em nome de todos os deputados, para evitar qualquer tipo de problema com relação à relatoria.

Então, 6 minutos o deputado Marcelino; e 6 minutos, o deputado Rosemberg.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, concordo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Líder, 1 minuto só.

Concordo plenamente com o que V. Ex.^a falou.

E quero, aqui, também, Sr. Presidente, dizer que a Oposição assina a dispensa de formalidades para que possamos também votar o projeto que torna os templos religiosos como atividades essenciais, como também os dois outros projetos que já estão em pauta. Votaremos a favor dos três projetos, dando um exemplo de nossa responsabilidade para com a Bahia e com os baianos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Ex.^a, todas as deputadas e deputados, servidores e todos aqueles que nos veem através da *TV Assembleia*, saudando aqui o líder da Maioria e o líder da Minoria.

Sr. Presidente, gostaria, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, de me solidarizar com a Bancada do Partido Comunista do Brasil, porque Haroldo era um comunista, e a gente tem que falar: um comunista! Então, nesse momento de dor, mais solidariedade ao PCdoB.

Haroldo Lima também era um patrimônio de todos nós, de todos os democratas deste país. Então, essa é uma dor geral.

Ele teve uma importância fundamental na ditadura militar, fazendo a luta contra os torturadores, esse crime hediondo contra a humanidade, ao qual nós não

conseguimos fazer a justiça de transição e limpar. Por isso que muitos deles permanecem torturando nas delegacias, permanecem exterminando a nossa juventude, e, graças à democracia, eles têm também o direito de se pronunciar. Então, essa foi uma batalha que nós perdemos.

Mas nós perdemos ontem um lutador do povo brasileiro. Nesse momento de dor, morreram 3.251 brasileiros e brasileiras, dentre eles está um herói do povo brasileiro.

Então, a nossa dor é a de todos aqueles que entendem a luta do povo brasileiro. Essa democracia de baixa intensidade que tantos atacam, hoje está sob ameaça.

Essa vitória se deve a Haroldo Lima, esse grande brasileiro.

E, aqui, feita essa homenagem, meu presidente, eu gostaria de dizer ao deputado Sandro Régis e ao deputado Rosenberg Pinto que essa lei deve abranger as atividades religiosas. E ter claro que os terreiros, as práticas religiosas que não se dão em igrejas deverão estar todas incluídas nesse projeto, desde quando atendam às normas que estão sendo colocadas pela ciência.

E o que nós deveremos encarar é fazer uma luta determinada pela vacina. Ela, sim, é que vai resolver, que vai possibilitar a volta às ruas, o convívio às crianças, a prática do lazer, do esporte.

Então, isso é o fundamental

Estou vendo muito populismo, todo dia um indica uma categoria, essa ou aquela, para se vacinar. Mas se nós tivéssemos lutado com mais determinação para vacinar todo o povo brasileiro isso hoje já estaria resolvido.

Então, é preciso que esse governo, que ontem fez um pronunciamento, acossado pelos banqueiros, pelos grandes economistas, ex-ministros, porque agora está morrendo todo mundo, não só aqueles que não têm dinheiro... porque se continuasse morrendo só pobres isso não teria se resolvido. E ele veio dar a resposta, afagar os bilionários que não querem morrer.

Já morreram três senadores da República, já morreram inúmeros deputados e pobres por todo esse país. Esse genocídio tem que acabar! Isso é um crime! E nós deveremos nos empenhar.

Quem sabe... Nós já empregamos todas as emendas para tratamento da Covid. E, agora, devemos utilizar todas para a aquisição de vacina.

Então, era isso, Sr. Presidente.

Vamos a essa luta, vamos vacinar todos e todas brasileiras.

E, aqui, também o meu abraço a essa preciosidade que é a deputada Olívia Santana. Ouvi o pronunciamento dela, faço das suas palavras as nossas, de todos os democratas. Ela, com muita emoção, relatou a narrativa do seu grande comandante, do nosso comandante Haroldo Lima.

Viva Haroldo Lima!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg pelo tempo restante de 6 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, eu até tentei falar com a deputada Olívia para ver se ela ainda tinha interesse em falar. Vi a sua emoção quando se referiu à perda do nosso querido Haroldo Lima.

Eu quero falar, presidente, porque eu, Jaques Wagner e Paulo Jackson tivemos uma relação com Haroldo Lima no período da clandestinidade. Militamos juntos nas suas lutas, no período em que ele trabalhou na zona rural, na clandestinidade, perseguido. Era um companheiro valoroso, de extrema importância para a luta pela democracia, pela liberdade. Um ser humano invejável, que tinha o mesmo olhar tanto para a pessoa mais importante do partido quanto para aquele que estava iniciando na militância política.

Zó, você falou com Haroldo, por telefone, para chamá-lo para discussões – depois que ele saísse da Covid – sobre temas importantes da sua região. Então, eu quero lembrar de Haroldo como essa pessoa simples, que tinha uma invejável capacidade de comprometimento com a luta pela liberdade. Um exemplo para todos nós que militamos pela democracia neste país.

Também quero aproveitar este momento em que falamos de liberdade, de democracia, para me solidarizar com o deputado Hilton Coelho. Nós não podemos permitir que haja, nesta Casa, cerceamento da fala dos deputados e das deputadas sobre qualquer tema. Se alguém faz um ataque pessoal a um parlamentar, é uma questão; mas, na política, é inadmissível que um colega levante a voz contra outro colega. Isso nós não podemos permitir. Isso é o cerceamento da Casa Legislativa.

Nesse sentido, quero propor aos 62 deputados que se assumam réus nesse processo que foi aberto contra o deputado Hilton Coelho. Essa será a maneira de repararmos o cerceamento do direito dos deputados e das deputadas de emitirem suas opiniões nesta Casa.

Mas quero conclamar também o deputado que acionou o deputado Hilton Coelho, para que retire isso. Isso não faz parte da modernidade da democracia, porque nós precisamos respeitar uns aos outros. Respeito a posição de cada um, mas quando vou falar para os meus colegas deputados, atrás de mim está um lugar branco da paz; nunca das armas – e minha fala é para a construção da paz, não é para a construção da guerra. A guerra nunca resolveu os problemas da sociedade mundial.

Por isso, deputado Hilton, tenha deste deputado e, certamente, de 62 parlamentares desta Casa, a solidariedade a esse ataque ao cerceamento da liberdade. E sabemos que o cerceamento custou muito caro ao deputado, ao companheiro, ao amigo Haroldo Lima. Tenho convicção de que se Haroldo Lima estivesse vivo, neste momento ele estaria assinando essa luta pela liberdade de expressão dos deputados na Casa Legislativa da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Projeto de Lei nº 24.129/2021, de procedência do Poder Executivo, que o autoriza a destinar recursos para pagamento das faturas residenciais de água de consumidores de baixa renda beneficiários da tarifa social que residam no estado da Bahia, na forma que indica.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Tiago Correia. (Pausa) O deputado Tiago Correia nos ouve?

O Sr. TIAGO CORREIA: Agora sim, Sr. Presidente. O microfone estava fechado. V. Ex.^a me ouve?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu o ouço, deputado Tiago.

Para relatar, o deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, quero pedir para Ernâni fechar os microfones dos demais colegas para não haver interferência.

(O Sr. Ernâni Romeo fecha os microfones dos demais deputados.)

Então, Sr. Presidente, trago o (Lê) “*Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; Saúde e Saneamento; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.129/2021, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Autoriza o Poder Executivo a destinar recursos para pagamento das faturas residenciais de água de consumidores de baixa renda beneficiários de tarifa social que residam no Estado da Bahia, na forma que indica.’

Através da proposição que ora venho relatar, busca, o Chefe do Poder Executivo, obter autorização da Assembleia Legislativa para ‘destinar recursos para pagamento das faturas residenciais de água de consumidores de baixa renda beneficiários da tarifa social que residam no Estado da Bahia.’

Em sua Mensagem registra, o Senhor Governador do Estado, que o projeto ‘tem por objetivo renovar o suporte a mais 860.000 (oitocentos e sessenta mil) famílias baianas durante o período crítico da pandemia do Novo Coronavírus, frente a ascensão dos casos ativos e a transmissibilidade das cepas identificadas no Estado da Bahia’.

Cabe registrar que essa proposta vem repetir o que ocorreu em 2020, quando esta Casa aprovou matéria semelhante, e uma parcela da população baiana terá novamente a conta de água e esgoto paga pelo Estado da Bahia por um período de três meses, o que representa um desembolso total de mais de R\$ 17 milhões. A medida será válida para os clientes da EMBASA com Cadastro Social e consumo de até 25 metros cúbicos de água por mês.

Desnecessário discorrer sobre o caráter altamente meritório deste projeto, uma vez que todos sabemos da situação de extrema dificuldade instalada em nosso País, bem como na Bahia, na Capital e Interior, quando enfrentamos esta situação de

calamidade pública – só no nosso Estado já foram registrados quase 775.000 casos de infecção, com mais de 14.350 óbitos.

Importante, mais uma vez, ressaltar a atitude dos membros desta Casa Legislativa, que, compreendendo a urgência de que se reveste o presente projeto, bem como de diversas outras medidas que já foram aprovadas nestas históricas sessões realizadas de forma remota, acordaram, mais uma vez, através das suas Lideranças e com a aquiescência da Mesa Diretora, em dispensar formalidades regimentais para a rápida tramitação e votação dessa importante matéria, em mais uma inequívoca demonstração de que na Assembleia na Bahia, acima do debate político-ideológico e das divergências partidárias e de opinião...” – que nós vemos, Sr. Presidente, acontecendo com muita frequência – “(...) prevalece o dever de buscar soluções para o atendimento das necessidades e superação dos problemas e carências da nossa população, notadamente nesta grave crise que atravessamos.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter altamente meritório, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o meu parecer, s.m.j.”

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Tiago Correia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estão presentes, nesta sessão da manhã de quarta-feira, os seguintes deputados: Aderbal, Adolfo, Alan, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antonio Henrique Jr., Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosenberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araujo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó.

Praticamente a totalidade desta Casa.

Em votação, no âmbito das comissões, o Projeto de Lei nº 24.129/2021, que institui o não pagamento, por 3 meses, das contas da Embasa com um consumo de até 25 metros cúbicos. (Pausa) Aprovado no âmbito das comissões.

Em Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam...

V. Ex.^a, Deputado Sandro, vai querer encaminhar? Deputado Sandro, me ouve?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O deputado já encaminhou positivamente, meu querido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Em votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 24.129/2021

Autoriza o Poder Executivo a destinar recursos para pagamento das faturas residenciais de água de consumidores de baixa renda beneficiários de tarifa social que residam no Estado da Bahia, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo do Estado da Bahia, como forma de auxílio ao enfrentamento da crise pandêmica decorrente do novo coronavírus e durante a situação emergencial em saúde pública decretada, autorizado a destinar recursos para pagamento das faturas residenciais de água de consumidores de baixa renda beneficiários de tarifa social, cujos consumos mensais sejam iguais ou inferiores a 25m³ (vinte e cinco metros cúbicos).

Parágrafo único – Para fins do disposto no *caput* deste artigo, deverão ser pagas as 03 (três) faturas mensais emitidas a partir da publicação desta Lei.

Art. 2º – As despesas decorrentes desta Lei poderão correr à conta de dividendos ou créditos a que tenha direito o Estado da Bahia em face das concessionárias dos serviços de que trata o art. 1º desta Lei, sem o prejuízo da utilização de outras fontes orçamentárias.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos ao Projeto de Lei nº 24.131/2021, do Poder Executivo, que institui o Programa Bolsa Presença na Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências.

Para relatar, minha querida amiga deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas, mesmo num momento de tristeza e luto pela morte de tantos brasileiros e do ilustre Haroldo Lima, incluso, a gente também tem momentos de felicidade, como a aprovação do projeto anterior, relatado pelo deputado Tiago Correia, que possibilita

a isenção da cobrança, por 3 meses, de taxa de água daqueles que têm pequeno consumo.

Também fico muito feliz, como presidente da Comissão de Educação, representando todo o colegiado e todos os deputados desta Casa, com a relatoria deste importante projeto para a aprovação do Bolsa Presença. Esse programa vem num contexto dramático de pandemia, com impacto devastador para a saúde, para a economia e para a educação.

Buscando garantir o direito à educação, vemos o esforço do governador Rui Costa, junto com o secretário Jerônimo e sua equipe, para apresentar projetos – mesmo com enormes desafios orçamentários – que visam fortalecer o processo de ensino-aprendizagem e a permanência dos estudantes nas escolas.

Nós todos votamos aqui projetos de auxílios que já remontam a quase R\$ 700 milhões. Aprovamos o Projeto Vale-Alimentação Estudantil (PVAE), com quatro parcelas de R\$ 55, que foram estendidas para mais três parcelas. Votamos aqui também o Projeto Mais Estudo, relatado pela deputada Olívia, para pagamento de R\$ 100,00 por 10 meses, a estudantes que façam monitoria. Esse programa já foi ampliado para 52 mil. Como também projetos de isenção de tarifas do IPVA, do ICMS. Tudo isso é um esforço orçamentário do governador para mitigar esses impactos.

No quesito educação, Sr. Presidente, nós sabemos que precisamos retomar o contato com a comunidade escolar. Isso requer uma relação mais próxima entre a escola, a família, o aluno e os professores.

Este contexto é dramático. Só para, rapidamente, a gente ler o parecer. Em 2019, nós já temos índices da Bahia. Esses índices são ruins com muitas desigualdades históricas.

Mas reconhecemos os esforços por estarmos juntos para vencer estes desafios. Quanto ao tema do abandono e da evasão escolar, esses já eram um grande problema. A média da educação básica era 3,1; a média de abandono no ensino fundamental, e no ensino médio era um abandono, aqui na Bahia, de 7,7. Este índice está acima da média nacional que é de um pouco mais do que 5.

Isso revela o retrato da nossa população, majoritariamente, em pobreza e extrema pobreza, e faz com que projetos dessa natureza sejam tão importantes.

Este Projeto do Bolsa Presença, Srs. Deputados e Deputadas, é o único projeto, atualmente, de assistência estudantil e às famílias. É um projeto que vai assistir às famílias com o intuito de promover não só o acolhimento, o aprendizado, mas, sobretudo, garantir a presença na escola. Nós sabemos que o impacto econômico, gerando desemprego, gera, também, aos nossos estudantes, o abandono da escola, até para ajudar a família.

Então, para além da educação, este projeto tem a missão de combater a fome. Isso é, extremamente, importante e se incorpora aos outros pontos do projeto que visam...

(Interferência na conexão.)

(...) nós vamos agora ler este parecer explicando em detalhes, Sr. Presidente.

(Lê) “Parecer

Das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Direitos Humanos e Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.131/2021, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Institui o Programa Bolsa Presença na Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências.’

O projeto que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a instituir o Programa Bolsa Presença, ‘com o objetivo de estimular a permanência dos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino em condição de vulnerabilidade socioeconômica, prestando apoio às suas famílias e desenvolvendo ações para o fortalecimento e a motivação da aprendizagem’, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.

Ressalte-se que esta Casa aprovou, em 2020, proposição do Poder Executivo instituindo o Projeto Vale Alimentação Estudantil, que tinha a finalidade de fornecer suporte assistencial aos estudantes da rede pública estadual de ensino, com a complementação de renda emergencial em período crítico da pandemia.

De acordo com o PL ora sob análise a bolsa terá o valor de R\$ 150,00, podendo participar do Programa o aluno regularmente matriculado em unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino cuja família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.”

Resumindo, Sr. Presidente, trata-se de um projeto para famílias desses estudantes em pobreza e extrema pobreza que estão inscritos no CadÚnico. Isso vai beneficiar 257.582 famílias; somando, aí, 292.987 estudantes. Isso são 37% dos estudantes matriculados na rede pública estadual de ensino que estão nesta categoria, inscritos em programas sociais. Isso é muito importante, o impacto deste projeto.

(Lê) “(...) *Conforme previsto no art. 2º do projeto, ‘para alcançar os objetivos do Programa serão desenvolvidas ações de fortalecimento e motivação de aprendizagem do aluno, de continuidade nos estudos e de apoio à sua família’, consistindo da realização de atividades pedagógicas, oferta de cursos de formação continuada aos alunos e às famílias através do Instituto Anísio Teixeira, das universidades públicas e outras instituições, incentivo ao protagonismo juvenil, a partir do engajamento dos líderes de classe e dos monitores do Programa Mais Estudo e incentivo ao voluntariado.*

As atividades do Programa Bolsa Presença deverão ser desenvolvidas a partir de eixos temáticos, como: Agroecologia, Cidadania e Participação, Comunicação e Tecnologia, Economia Criativa e Projetos Artísticos e Culturais; Educação para as Relações Étnico-raciais e para os Direitos Humanos e Tolerância, Fluência em Leitura, Escrita e Oralidade, Iniciação Científica, Meio Ambiente e Sustentabilidade e Promoção da Saúde, dentre outros. (...)”

Lembrando que todas essas linhas pedagógicas estão formuladas na Base Nacional Curricular e estão também no Documento Curricular Referencial da Bahia.

(Lê) “(...) O Programa poderá ter, em cada edição, duração de até 6 meses ‘ao final da qual os estudantes participantes serão avaliados com base em indicadores de aprovação e, de abandono escolar’ (art. 7º), sendo que a permanência do estudante estará sujeita a diversas condições (art. 6º):

I - assiduidade do aluno nas aulas ministradas pela unidade escolar em que o estudante encontra-se matriculado, com frequência escolar mínima de 75% (setenta e cinco por cento); (...)”

Isso é o que preconiza legalmente. No entanto, como estamos com acesso remoto, sequencialmente com ensino híbrido, tudo isso vai ser acessado pelas escolas a partir da participação dos alunos nessas atividades. A ideia, na verdade, é ter um programa assistencial ao estudante que estimule a permanência.

(Lê) “(...) II - realização das atividades pedagógicas vinculadas aos eixos temáticos do Programa Bolsa Presença, atestada pela unidade escolar em sistema de gestão específico de acompanhamento;

III - participação obrigatória dos estudantes nas avaliações de aprendizagem promovidas pela unidade escolar;

IV - participação da família do aluno nas atividades escolares dirigidas a pais e responsáveis;

V - manutenção dos dados cadastrais atualizados, na unidade escolar e no CadÚnico. (...)”

Veja a importância deste projeto que vai, também, reativar o contato da família do estudante à supervisão desses projetos de vida.

(Lê) “(...) A proposição indica ainda as fontes de financiamento para fazer face às despesas, que correrão por conta de recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FUNCEP e de recursos das fontes livres do Tesouro.

Trata-se, enfim, de medida de grande relevância para minorar as dificuldades financeiras das camadas de menor renda da população, sem dúvida as mais atingidas nesse momento crítico provocado por essa adversidade que ora temos de enfrentar, bem como para estímulo aos estudantes e combate à evasão escolar.

Destaque-se mais uma vez, a compreensão dos Senhores Deputados para a urgência necessária na apreciação de matérias dessa natureza, conduzindo-se mais uma sessão virtual em que, por acordo entre as Lideranças das Bancadas da Maioria e da Minoria, dispensando-se as formalidades regimentais, possibilitando de pronto a votação dessa importante matéria, numa inequívoca demonstração de que neste Parlamento prevalecerá sempre, e acima de tudo, o interesse público e a conjugação de esforços em prol da melhoria das condições de vida da população baiana. (...)”

Sr. Presidente, eu quero ressaltar os papéis dos deputados Rosemberg e Sandro Régis, na condução de esforços, em prol da melhoria das condições de vida da nossa população baiana a favor deste projeto.

(Lê) “(...) O projeto não recebeu emendas. No entanto, objetivando o seu aperfeiçoamento, apresento, na condição de Relatora, as seguintes emendas:

Emenda da Relatora nº 1:

Altere-se, no art. 3º do Projeto de Lei nº 24.131/2021, a redação do incisos IV e VI e acrescente-se um inciso, que será o VII, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

‘Art. 3º -

IV - Empreendedorismo, Economia Criativa e Projetos Artísticos e Culturais;

.....

VI - Educação para os Direitos Humanos e Respeito às Diversidades;

VII – Enfrentamento à Violência Contra a Mulher;

Justificativa: a inclusão do tema Empreendedorismo levará aos estudantes uma melhor elaboração do conhecimento sobre sistema produtivo e questões socioeconômicas e fiscais, estimulando-os a realizarem empreendimentos próprios e a busca por melhores condições de vida; com relação à substituição do termo Tolerância por Respeito às Diversidades, entendo que esta vem a ser uma expressão mais apropriada para combater todas as formas de discriminação; quanto ao Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, trata-se de um tema que exerce papel importante no desenvolvimento de valores e habilidades necessárias ao exercício de direitos e deveres, estimulando uma cultura de paz nas relações humanas, no objetivo da redução dos índices de violência contra a mulher.

Emenda da Relatora nº 2:

O art. 5º do Projeto de Lei nº 24.131/2021 passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 5º - Poderá participar do Programa Bolsa Presença o aluno regularmente matriculado em unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino cuja família em situação de pobreza e extrema pobreza esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

Justificativa: a presente emenda tem por objetivo delimitar objetivamente os destinatários do Programa, afastando dúvidas quanto ao alcance da política proposta. (...)’

Ante o exposto, eu quero solicitar vênica a V. Ex.^{as} para a aprovação deste projeto, que é o Bolsa Presença, que vai significar o valor de R\$ 150,00 durante o período de 6 meses a, praticamente, 37% dos alunos matriculados na rede pública de ensino estadual, complementando para que esses estudantes, não só assegurando uma educação contextualizada, uma educação justa, solidária, pela igualdade, várias linhas pedagógicas que foram lidas, aqui como agroecologia, cidadania, computação, empreendedorismo. Isso vai, também, condicionar a permanência desses estudantes em 75% das suas atividades.

O que é, na verdade, uma tentativa, não só de acolhimento, de incentivo ao ensino-aprendizagem, mas também de combate à evasão, que era gritante, nos períodos anteriores à pandemia e que só fez se exacerbar, profundamente, com a pandemia.

E esses estudantes, no entanto, para receberem R\$ 150, essas famílias, na verdade, terão que fazer projetos de vida, que são, nessas linhas pedagógicas, um reforço...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O parecer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, nobre deputada.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: (...) um reforço, com sua vênica, líder, um reforço para a formação integral, que pense na escolarização da vida do estudante, envolvimento da família que tenha um trabalho como princípio.

Por isso, nós, juntos, com projetos desta natureza, vamos vencer os desafios.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, Olívia, digo, Fabíola.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Por isso, Sr. Presidente, continuo.

(Lê) “(...) *Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter altamente meritório, opino pela aprovação com as modificações introduzidas pelas Emendas da Relatora.*

É o parecer, s.m.j.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Fabíola.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 24.131/2021

Institui o Programa Bolsa Presença na Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído o Programa Bolsa Presença com o objetivo de estimular a permanência dos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino em condição de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos e condições previstos nesta Lei.

Art. 2º – Para alcançar os objetivos do Programa Bolsa Presença serão desenvolvidas ações de fortalecimento e motivação de aprendizagem do aluno, de continuidade nos estudos e de apoio à sua família, consistentes em:

I – realizar atividades pedagógicas orientadas dentro de uma das linhas do Programa Bolsa Presença, voltadas a contextualizar o aluno na preparação de seu

futuro no mundo do trabalho, com o desenvolvimento do projeto de vida, conforme as orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC;

II – apoiar a família do aluno, com a concessão de bolsa, e aproximá-la da escola, fortalecendo os vínculos para combater o abandono escolar;

III – ofertar cursos de formação continuada aos alunos e às suas famílias, através do Instituto Anísio Teixeira - IAT, das universidades públicas e de outras instituições que desenvolvam projetos que se coadunem com os objetivos do Programa Bolsa Presença;

IV – incentivar o protagonismo juvenil, a partir do engajamento dos líderes de classe e dos monitores do Programa Mais Estudo, instituído pela Lei nº 14.306 de 12 de fevereiro de 2021, na mobilização e interlocução junto aos estudantes e famílias participantes do Programa Bolsa Presença;

V – incentivar o voluntariado, a partir do envolvimento de estudantes universitários.

Art. 3º – As atividades do Programa Bolsa Presença deverão ser desenvolvidas a partir de eixos temáticos, em conformidade com o Documento Curricular Referencial da Bahia - DCRB e a BNCC, especialmente:

I – Agroecologia;

II – Cidadania e Participação;

III – Comunicação e Tecnologia;

IV – Empreendedorismo, Economia Criativa e Projetos Artísticos e Culturais;

V – Educação para as relações étnico-raciais;

VI – Educação para os Direitos Humanos e Respeito às Diversidades;

VII – Enfrentamento à Violência Contra a Mulher;

VIII – Fluência em Leitura, Escrita e Oralidade;

IX – Iniciação Científica;

X – Letramento Matemático;

XI – Meio Ambiente e Sustentabilidade;

XII – Práticas Corporais e Esportivas;

XIII – Promoção da Saúde;

XIV – Educação Alimentar e Nutricional.

Art. 4º – Fica autorizado o pagamento de bolsa no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), destinada à família do aluno participante do Programa Bolsa Presença, nos termos e condições previstos nesta Lei.

Art. 5º – Poderá participar do Programa Bolsa Presença o aluno regularmente matriculado em unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino cuja família em

situação de pobreza e extrema pobreza esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Art. 6º – A permanência do aluno no Programa Bolsa Presença estará sujeita às seguintes condições:

I – assiduidade do aluno nas aulas ministradas pela unidade escolar em que o estudante encontra-se matriculado, com frequência escolar mínima de 75% (setenta e cinco por cento);

II – realização das atividades pedagógicas vinculadas aos eixos temáticos do Programa Bolsa Presença, atestada pela unidade escolar em sistema de gestão específico de acompanhamento;

III – participação obrigatória dos estudantes nas avaliações de aprendizagem promovidas pela unidade escolar;

IV – participação da família do aluno nas atividades escolares dirigidas a pais e responsáveis;

V – manutenção dos dados cadastrais atualizados, na unidade escolar e no CadÚnico.

§ 1º – O não atendimento de qualquer das condições elencadas neste artigo ensejará a exclusão do estudante do Programa Bolsa Presença e a suspensão do pagamento da bolsa.

§ 2º – Na hipótese do inciso V do caput deste artigo, a Secretaria da Educação - SEC poderá estabelecer prazo para que seja providenciada a regularização da situação cadastral.

Art. 7º – O Programa Bolsa Presença poderá ter, em cada edição, duração de até 06 (seis) meses, ao final da qual os estudantes participantes serão avaliados com base em indicadores de aprovação e de abandono escolar.

Art. 8º – À Secretaria da Educação - SEC caberá estabelecer o início e a duração de cada edição do Programa Bolsa Presença, bem como dispor sobre os procedimentos necessários à sua implantação.

Art. 9º – As despesas decorrentes do Programa Bolsa Presença correrão, preferencialmente, por conta de recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza - FUNCEP, e de recursos das fontes livres do Tesouro.

Art. 10 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 11 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de março de 2021.

Deputada Fabiola Mansur
Relatora

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, por acordo entre os líderes, temos aqui o Projeto de Lei nº 24.116/2021, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, a qual reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do estado da Bahia em tempos de crises ocasionadas por moléstia contagiosa, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais.

Para relatar o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, em parceria com o deputado Sandro Régis. Eles são os líderes.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, o deputado Sandro Régis me ligou e pediu para eu ler o projeto em nome das duas lideranças.

(Lê) ” *Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde e Saneamento, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.116/2021, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, o qual ‘reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do Estado da Bahia em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais.’

O projeto que ora venho relatar, de autoria da Mesa Diretora, destina-se a promover o reconhecimento da atividade religiosa como essencial em tempos de crises, como ocorre na pandemia que ora enfrentamos.

Conforme registra a justificativa da proposta legislativa, ‘além da questão da fé, as instituições religiosas prestam serviços sociais importantes que, em momentos de crise, se tornam essenciais. Temos visto nos últimos tempos em todas as catástrofes naturais, os templos religiosos participarem colaborativamente na arrecadação e distribuição de alimentos, água, roupas e itens de higiene pessoal. Atualmente, neste período de Pandemia, diversos templos religiosos estão distribuindo máscaras e cestas básicas, contribuindo na assistência social à população. A presente proposição visa resguardar o direito das instituições religiosas realizarem as suas atividades’, considerando ainda que “o reconhecimento do direito da assistência religiosa como atividade essencial tem como base os tratados internacionais ratificados pelo Brasil”.

A proposição não recebeu emendas. No entanto, objetivando o seu aperfeiçoamento, apresento, como Relator, a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

O art. 1º do Projeto de Lei nº 24.116/2021 passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 1º - O Estado da Bahia reconhece as atividades religiosas de quaisquer cultos, realizadas nos seus respectivos templos, igrejas, terreiros, mesquitas e similares, como atividade essencial a ser mantida em tempos de crises oriundas de moléstias contagiosas, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais.’

Parágrafo único - Para a aplicação da presente Lei devem ser observados os atos e protocolos sanitários estabelecidos pelo Poder Executivo Estadual.

Justificativa: A emenda destina-se a reconhecer como essenciais as atividades religiosas realizadas nos respectivos templos, bem como estabelecer como necessários a serem observados para execução da Lei os protocolos estabelecidos pelo governo do Estado da Bahia.

Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além inexistirem óbices quanto ao mérito, opino pela aprovação com as modificações introduzida pela emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 24 de março de 2021.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg, que relatou este importante projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado em 1º turno.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 24.116/2021

Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do Estado da Bahia em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – O Estado da Bahia reconhece as atividades religiosas de quaisquer cultos, realizadas nos seus respectivos templos, igrejas, terreiros, mesquitas e similares, como atividade essencial a ser mantida em tempos de crises oriundas de moléstias contagiosas, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais.

Parágrafo único – Para a aplicação da presente Lei devem ser observados os atos e protocolos sanitários estabelecidos pelo Poder Executivo Estadual.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de março de 2021.

Deputado Rosemberg Lula Pinto
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Como este projeto precisa passar por duas votações, convoco uma sessão 1 minuto após esta sessão extraordinária para tratarmos da segunda votação.

Declaro encerrada esta sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.